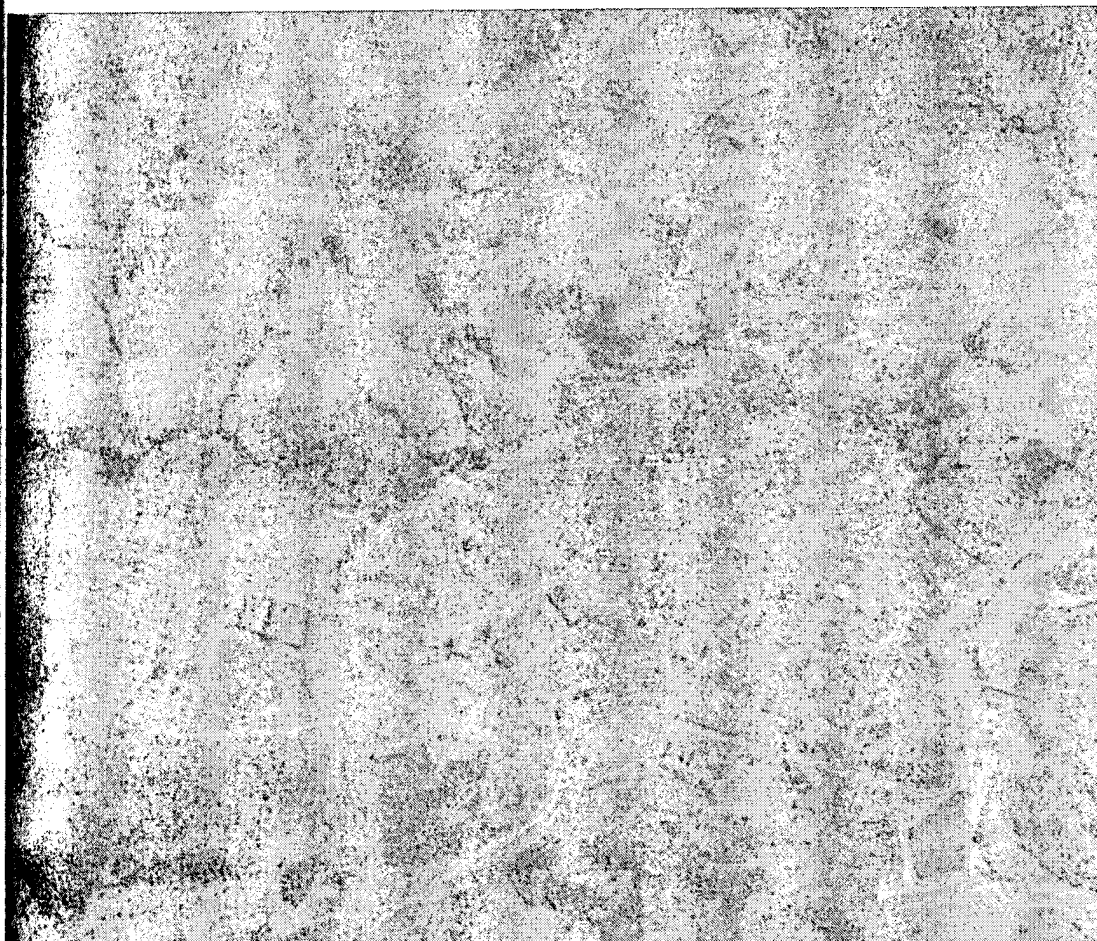


PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DO MUNICÍPIO DE CERES – GOIÁS



PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DO MUNICÍPIO DE CERES – GOIÁS

CONSULTORIA



PROGRAMA CIDADE PRA GENTE –
SECRETARIA DAS CIDADES DE GOIÁS



PREFEITURA MUNICIPAL DE CERES



AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao município de Ceres por ter assumido na prática o discurso da importância de tornar transparente, suas ações de governo e disponibilizaram as informações necessárias para a realização deste trabalho.

QUIPE DE COORDENAÇÃO:

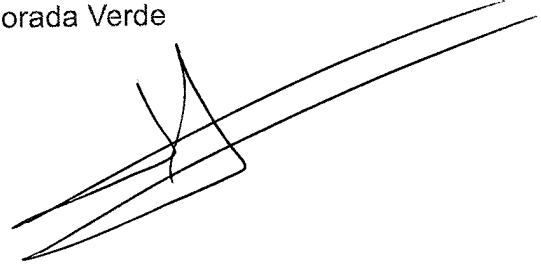
Glória Maria dos Santos – Pedagoga e mestranda em planejamento urbano;
Eduardo Scelino Vieira - Pedagogo – Pós-graduado em Educação Ambiental e Especialista
em Planejamento Urbano;

GRUPO DE TRABALHO LOCAL:

Maria Inês do Rosário Brito – Coordenação do GT – Vice Prefeita
Antônio Nilson Neto da Silva – Conselho de Segurança
Elia Simone de Queiroz Souza
Edvan Corrêa Xavier – Agência Rural de Ceres
Elizabeth Canatielle – Associação de Bairro Jardim Petrópolis
Esther - ACICER
Fulvio Lucio de Souza – Secretário de Planejamento Ind.Com.Turismo
Gábio Floriano da Silva – Representante da Igreja Católica
Geraldo Palmeira – Conselho dos Direitos da Criança e Adolescente
Ináia Firmino dos Santos – Coordenadoria da Mulher
Jacqueline Ferreira da Silva – Câmara Municipal de Ceres
João Américo de Melo – Controle Interno
João Luiz Máximo – Lions Clube
José Maurício de Oliveira – Secretário Municipal de Infra-estrutura
Leandro Roberto – Associação Médica
Márcia Aparecida Silva – Associação dos Diabéticos de Ceres
Marcos Alves Ribeiro – Secretaria Municipal de Saúde
Neire Cristina da Silva – Conselho Tutelar
Silvana Moreira Souza – Secretaria Municipal de Educação
Telma de Paula França Silvério – Nova Mulher
Valdeci Pereira Faria – Associação de Moradores Conjunto Morada Verde

COLABORADORES:

Alexandra Costa Vieira - Arquiteta e Urbanista
Márcia Lopes - Advogada



CONTRATADA:

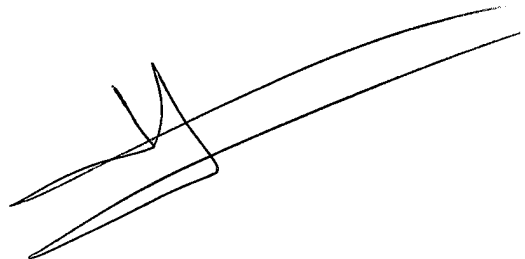
KM Consultoria

Diretora: Kátia Maria dos Santos

CONTRATANTE:

Prefeitura Municipal de Ceres

Prefeito: Edmário de Castro Barbosa

A handwritten signature in black ink, consisting of several overlapping loops and strokes, located in the lower right quadrant of the page.

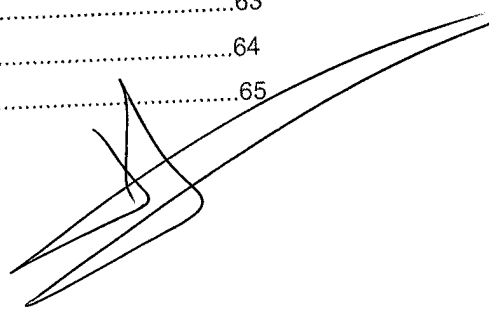
SOMÁRIO

LISTA DE FIGURAS

LISTA DE TABELAS

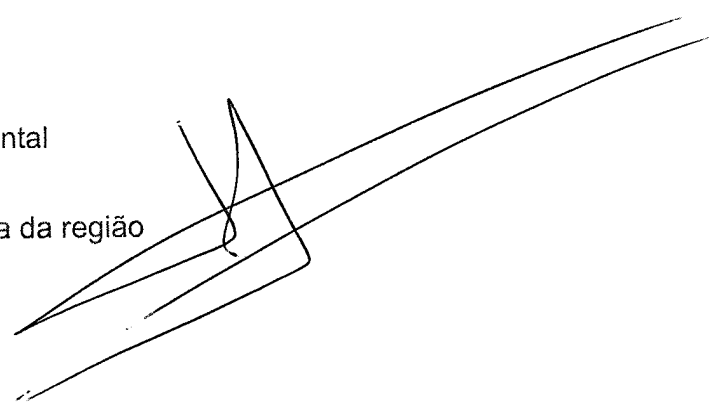
LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS

APRESENTAÇÃO	10
INTRODUÇÃO	11
PARTES I - DIAGNÓSTICO MUNICIPAL	12
ASPECTOS HISTÓRICOS	13
ASPECTOS POLÍTICOS-TERRITORIAIS	15
ASPECTOS LEGAIS-EXPANSÃO URBANA	21
USO DO SOLO	24
INFRA-ESTRUTURA	25
MOBILIDADE	28
ASPECTOS SOCIAIS DE EMPREGO E RENDA	30
ASPECTOS AMBIENTAIS	31
GESTÃO	34
PARTES II - DIRETRIZES MUNICIPAIS	39
SANEAMENTO AMBIENTAL	40
MOBILIDADE URBANA E RURAL	41
INCLUSÃO TERRITORIAL E MORADIA DIGNA	43
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	44
DESENVOLVIMENTO SOCIAL	47
PATRIMÔNIO AMBIENTAL E CULTURAL	49
ESTRUTURA INSTITUCIONAL, PLANEJAMENTO E GESTÃO	52
PARTES III - MAPAS TEMÁTICOS	55
HISTÓRICO DO PARCELAMENTO	56
CHEIOS E VAZIOS	57
PADRÃO DE CONSTRUÇÃO	58
USO PREDOMINANTE	59
EQUIPAMENTOS URBANOS	60
INFRA-ESTRUTURA	61
ÁREAS ESPECIAIS	62
ZONEAMENTO URBANO	63
POLÍTICAS URBANAS	64
REFERÊNCIA BIBLIOGRAFIA	65



LISTA DE FIGURAS

Cidade de Ceres
Ponte Ceres – Rialma
Mapa de inserção cartográfica do município de Ceres
Mapa de localização do município de Ceres
Gráfico das normas climatológicas – Goiânia – Precipitação (mm)
Gráfico das normas climatológicas – Goiânia – Temperatura média (graus Celcius)
Gráfico das normas climatológicas – Goiânia – Umidade (%)
Mapa do solo do município de Ceres
Mapa uso do solo do município de Ceres
Mapa cheios e vazios
Loteamento em fase de implementação
Área rural
Escola rural desativada da época da CANG
Parque Curumin
Complexo turístico
Condições precárias da pavimentação
Ruas sem pavimentação, bairros com difícil acesso
Condições precárias do asfalto e calçadas sem rebaixamento
Tráfego pesado de caminhões na rua Bernardo Sayão
Erosão e desmatamento das matas ciliares dos Córregos
Lixão da cidade de Ceres
Margem do Córrego da Fartura
Córrego da Fartura
Parque municipal de educação ambiental
Cachoeira do Bom Sucesso
Um dos poucos pontos de mata nativa da região



APRESENTAÇÃO

Os estudos para o Plano Diretor foram desenvolvidos em meados de 2007, após sensibilização do Governo Municipal de Ceres no processo de realização da Conferência Nacional das Cidades.

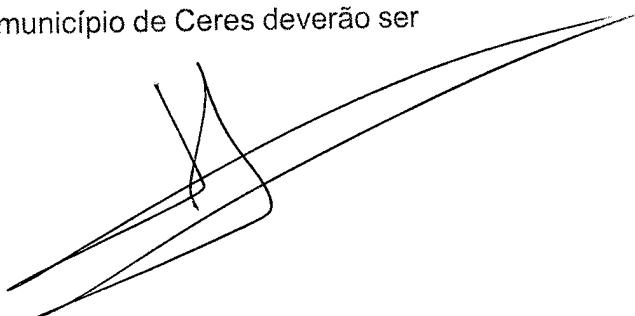
A primeira etapa cumprida foi o levantamento e a sistematização da base de dados técnicos para a elaboração do diagnóstico municipal, subsidiando as propostas de diretrizes e o projeto de lei, que compõem o Plano Diretor Democrático de Ceres.

A construção do diagnóstico municipal tem como base técnica informações e discussões acerca da realidade local, fato que promoveu a integração das representações sociais da Comunidade na capacitação dos membros do Grupo de Trabalho Local e colaboradores.

Na elaboração das diretrizes municipais, foram selecionados os temas prioritários, que são: saneamento ambiental, mobilidade urbana e rural, inclusão territorial e moradia digna, desenvolvimento econômico e social, patrimônio ambiental e cultural e estrutura institucional, planejamento e gestão.

Assim sendo, para a elaboração desta proposta de Plano Diretor foram realizados eventos comunitários, com oficinas, visita de campo, mapeamento, audiências públicas e diversas reuniões de trabalho da equipe de coordenação.

Este Plano Diretor é constituído pelo diagnóstico municipal e diretrizes, compatibilizando as informações desses documentos foi construído o seguinte projeto de lei: **Lei do Plano Diretor Democrático do Município de Ceres**. Os demais instrumentos municipais da legislação urbanística do município de Ceres deverão ser aplicados em conformidade com esta Lei.

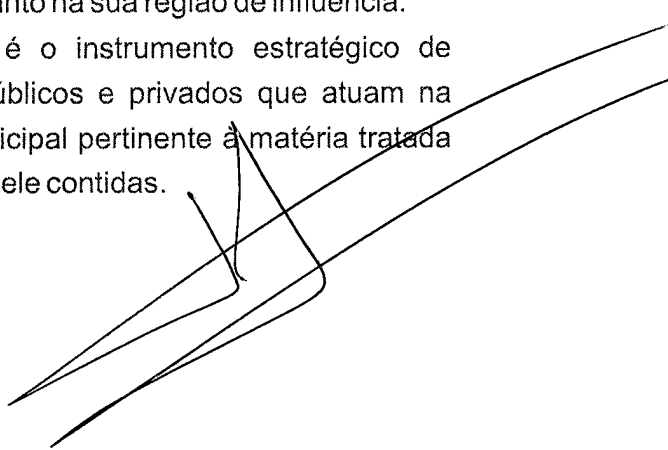


INTRODUÇÃO

Para a elaboração da proposta de Plano Diretor Democrático do Município de Ceres, foi considerado o ordenamento jurídico vigente e as premissas do Programa Cidade pra Gente, desenvolvido pela Secretaria Estadual das Cidades. Entre os princípios que fundamentaram o Plano Diretor são colocados: Função Social da Propriedade, Inclusão, Sustentabilidade e Equidade Sócio-Econômica e Ambiental, Gestão Democrática e a Valorização dos Potenciais Locais no Planejamento Municipal.

O estudo de novas propostas de uso e ocupação do solo e novas tecnologias ambientalmente corretas e racionais, embasaram a elaboração das diretrizes municipais que buscam a garantia de um espaço sustentável, comprometido com as gerações futuras, que viverão tanto no Município quanto na sua região de influência.

O Plano Diretor do Município de Ceres é o instrumento estratégico de desenvolvimento e de orientação dos agentes públicos e privados que atuam na produção e gestão da cidade, toda legislação municipal pertinente à matéria tratada pelo Plano Diretor deverá obedecer às disposições nele contidas.



PARTE I - Diagnóstico

DIAGNÓSTICO MUNICIPAL

ASPECTOS HISTÓRICOS

Durante o governo de Getúlio Vargas, o Decreto nº 6.882 de 19/02/1941, cria definitivamente a Colônia agrícola Nacional de Goiás (CANG). Suas terras, numa extensão equivalente a 96.800 hectares, foram doadas à união Federal pelo Governo do Estado de Goiás, desenvolvendo nessa área o projeto de colonização visando a integração do Centro-Oeste e Médio-Norte ao restante do País. Dois meses após a criação da Colônia, o engenheiro agrônomo Bernardo Sayão dá início às obras que possibilitaram a sua implantação.

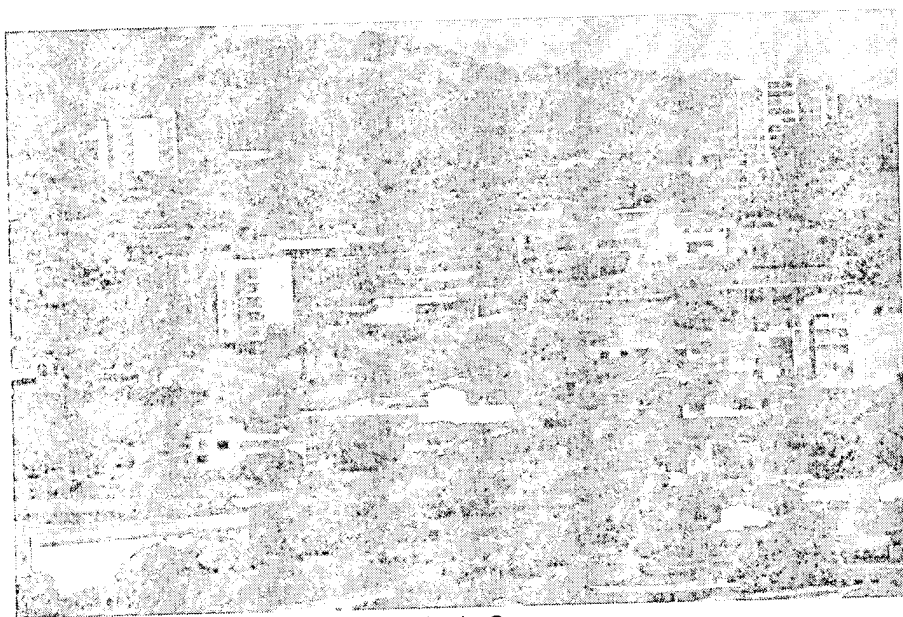
A Colônia Agrícola Nacional de Goiás, atraiu gente de todos os Estados do Brasil e de alguns países da Europa (Alemanha e Polônia), além de japoneses e americanos, sendo também elevado o número de imigrantes turcos, sírios e libaneses, que dominavam o comércio.

O objetivo primordial era implantar uma agricultura moderna, fixar o homem no campo, substituindo a rotatividade das terras pelas culturas. Em 1950 Ceres contava com 2230 quinhões (lotes) e 3543 famílias de lavradores, alcançando surpreendente fluxo de progresso, com o advento da rodovia federal "Belém-Brasília", atual BR-153, que cortava o município rumo norte, e se tornar o pólo de desenvolvimento da Região do São Patrício.

Em 1942 a construção da primeira ponte, feita de tambores de madeira, é marco histórico na cidade de Ceres e Rialma, pois facilitou a travessia de um lado a outro para que se chegasse à "federal" hoje BR-153, que ficava do outro lado do Rio das Almas, oposto à Colônia, como via escoadora da produção do Município.

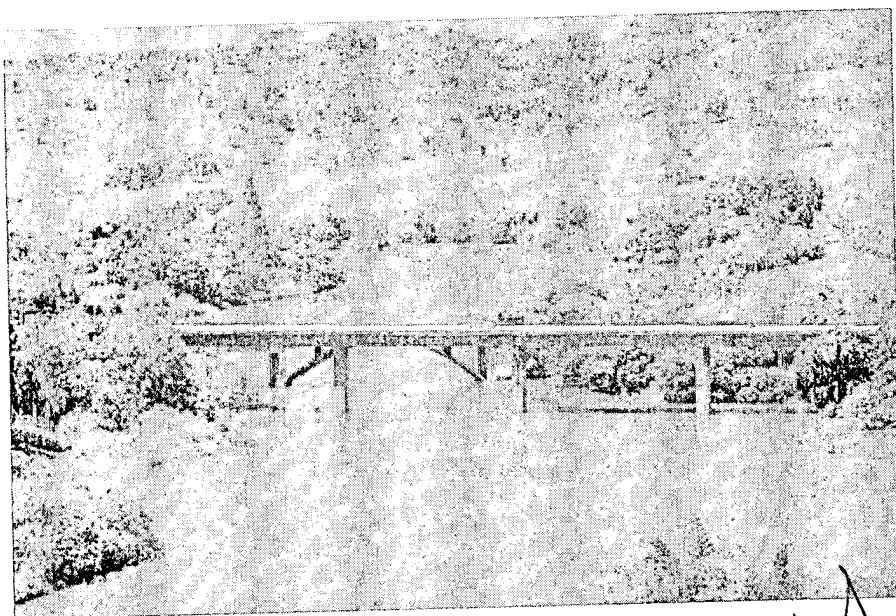
O Núcleo Colonial de Ceres foi emancipado em 25/05/1955 pelo Decreto nº 37.388, a emancipação acelerou o processo migratório para a região, cuja fertilidade do solo fomentou a exploração da agricultura, mas com o passar do tempo, profundas alterações econômicas e sociais ocorreram em Ceres, transformando-o em Município urbano, que deixou de ser uma economia agrícola, para tornar-se pólo de serviços.

Na década de 90 o Município ganha destaque com a inauguração de importantes equipamentos urbanos como a instalação da Universidade Estadual de Goiás-UEG, a escola Agrotécnica Federal de Ceres, o complexo turístico e o Centro Cultural.



Cidade de Ceres

Foto: Marcos Antônio.



Ponte Ceres - Rialma
(Foto : Marcos Antônio).

ASPECTOS POLÍTICOS-TERRITORIAIS

O Município de Ceres conforme a ordenação adotada pelo IBGE por microrregiões, pertence à **Microrregião 006- Ceres**, na mesorregião Centro Goiano. Tem extensão territorial de 213,50 Km².

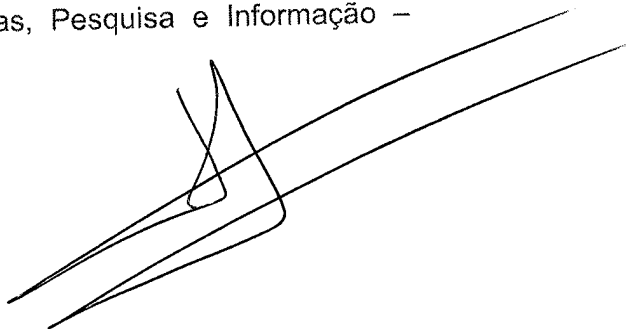
Os municípios limítrofes de Ceres são Carmo do Rio Verde, Ipiranga de Goiás, Nova Glória, Rialma, Rubiataba e São Patrício. Os distritos e povoados são Bom Jesus e Sapé e o aglomerado Quebra Coco. O principal acesso ao município é pela BR 153, possui fácil acesso à Goiânia, Anápolis, Brasília e Norte do Estado.

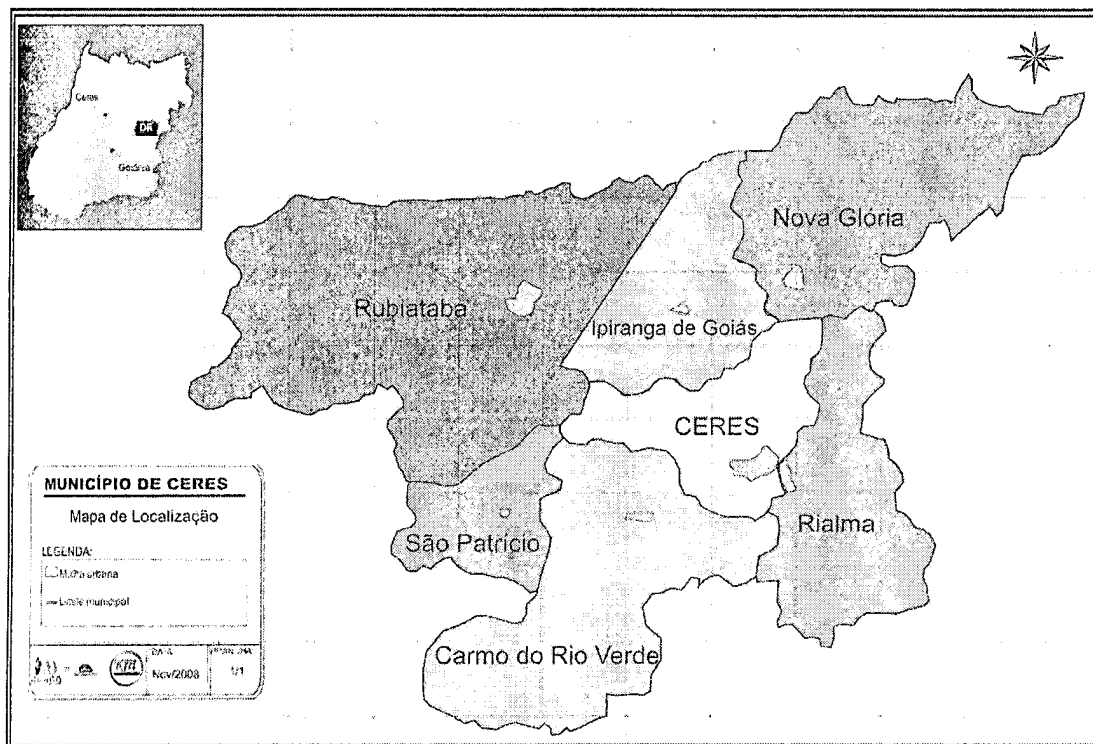
ASPECTOS FÍSICOS

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA

As coordenadas Geográficas e altitude de referência para a sede do Município, segundo o Anuário de 2005 da Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás – Superintendência de Estatísticas, Pesquisa e Informação – SEPLAN/SEPIN são:

- Latitude Sul: 15°18'30";
- Longitude Oeste: 49°35'54";
- Altitude: 571 metros

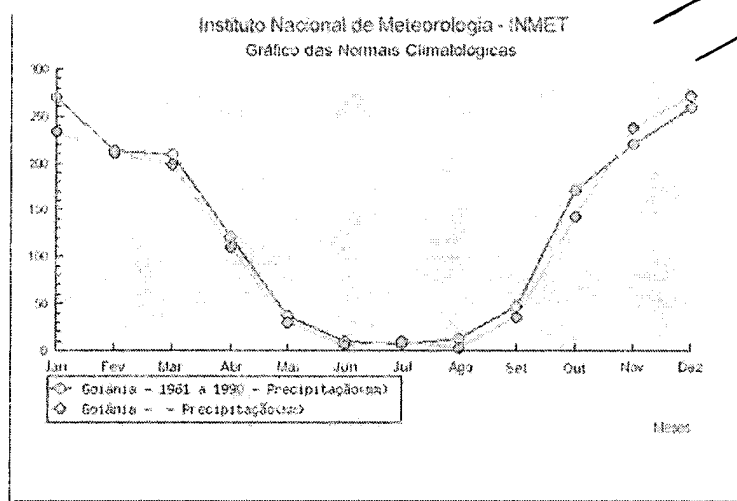


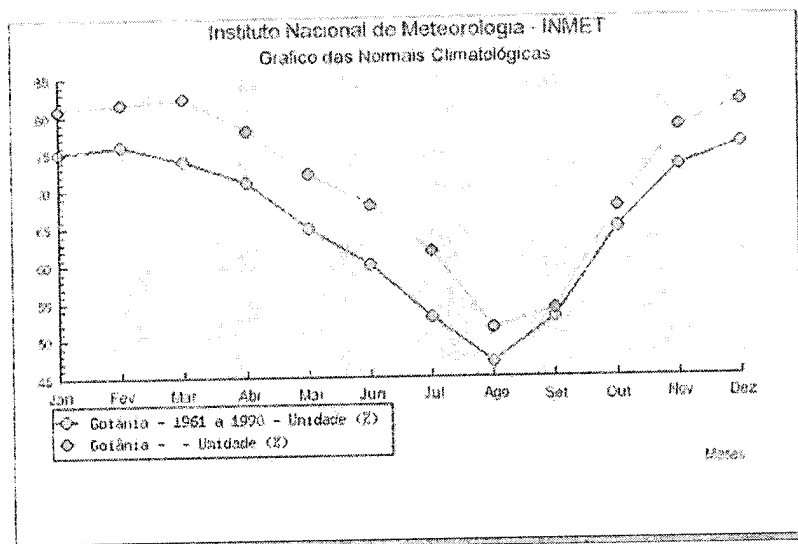
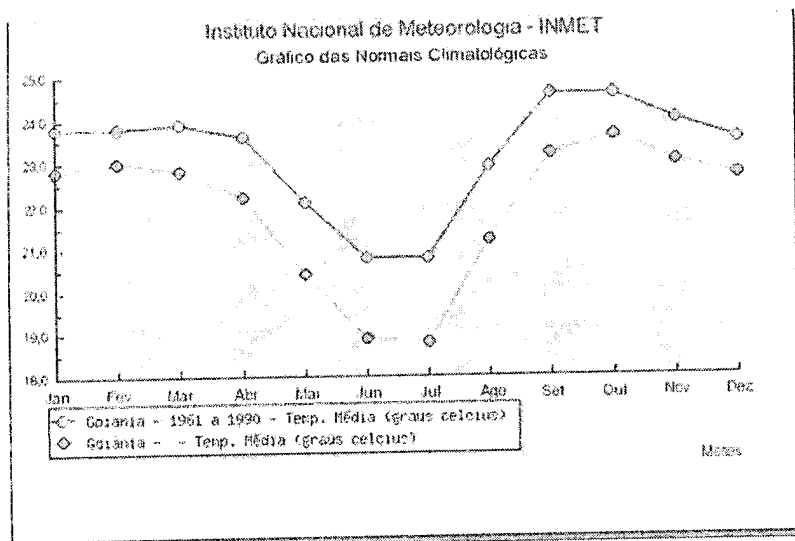


Fonte: KM Consultoria (2008)

CLIMA

O clima da região é quente e semi-úmido. Não há Estação Climatológica Oficial em Ceres, mas como o município está na mesorregião de Goiânia, a interpolação dos dados entre as duas cidades poderá ser utilizada com boa aproximação. Os dados climatológicos de Goiânia estão disponíveis no site do Instituto Nacional de Meteorologia – INMET.

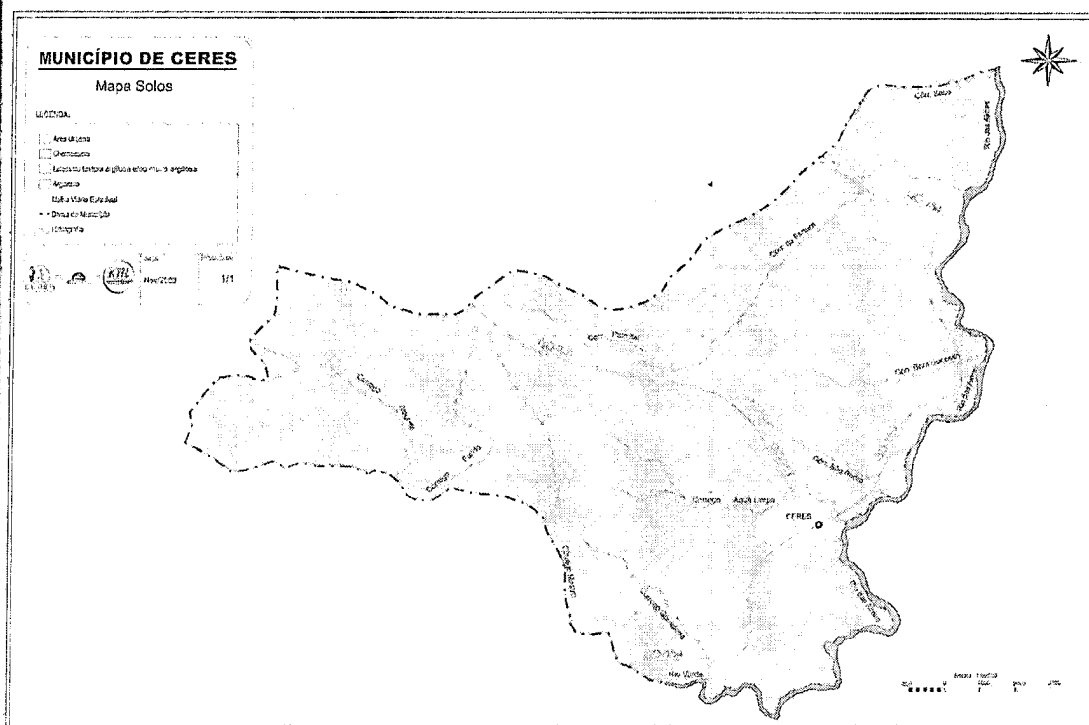




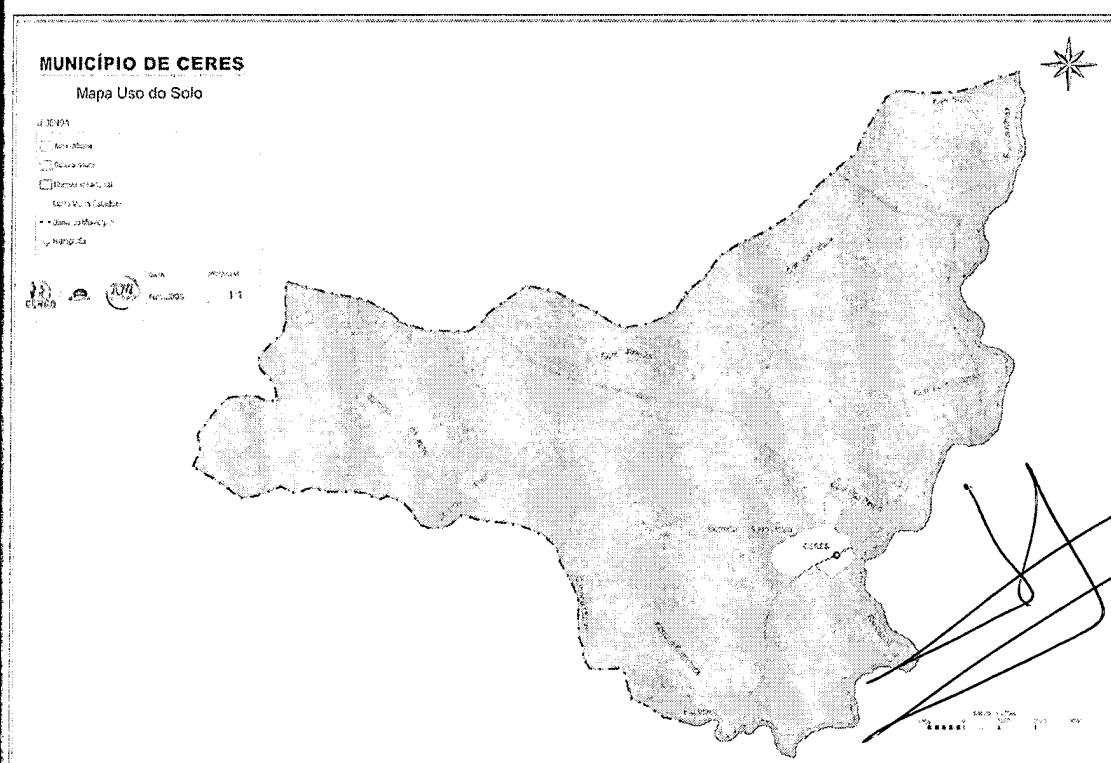
RELEVO, SOLO E VEGETAÇÃO

Predomina na região o solo Chernossolo, em algumas áreas podemos encontrar também os tipos Argissolo e Latossolo com textura argilosa e/ou muito argilosa. A vegetação remanescente apresenta tipologia de Floresta Estacional. Nas demais regiões o solo é ocupado por pastagens e culturas anuais.

A vegetação na área urbana é deficiente e predominante nos quintais das casas.



Fonte : KM Consultoria (2008)

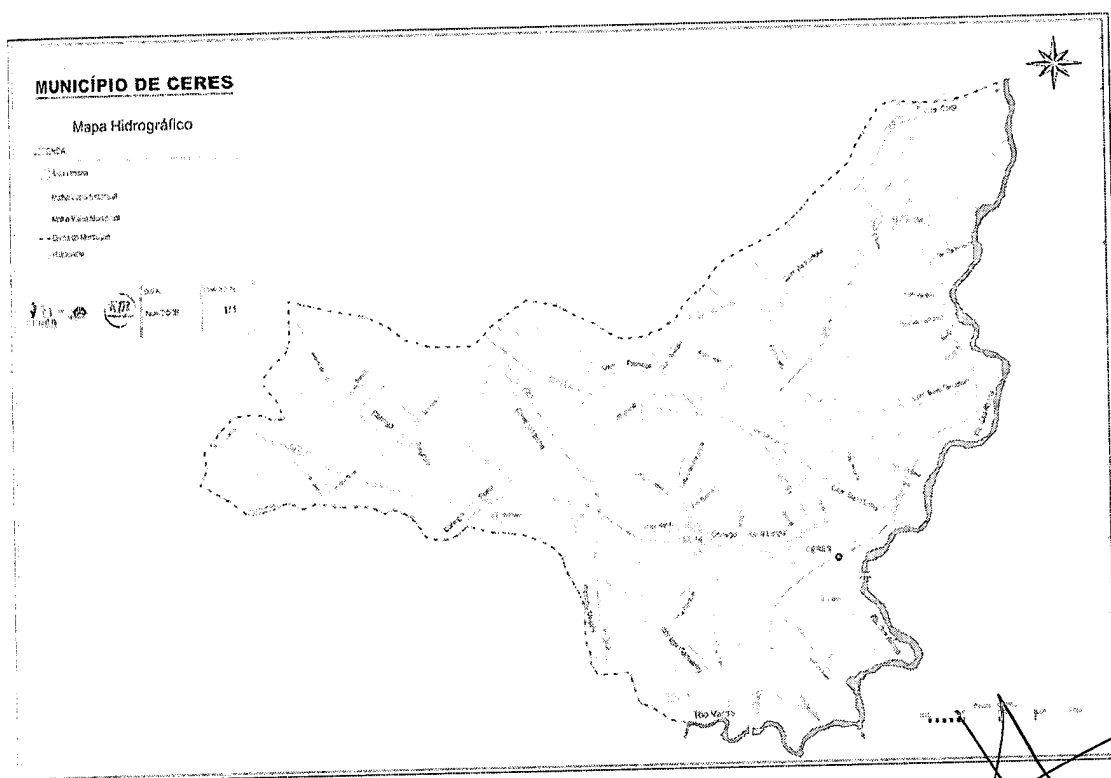


Fonte : KM Consultoria (2008)

HIDROLOGIA

A bacia hidrográfica do Município é composta pelo Rio das Almas, Córrego Seco, Córrego da Fartura, Córrego Palmital, Córrego Fundo, Bom Sucesso, São Pedro, Córrego Água Limpa, Córrego Gameleira, Córrego Mestre, Córrego Alegrete.

O Rio das Almas tem sua nascente no limite do Parque Estadual da Serra dos Pireneus, no município de Pirenópolis, segue seu curso no sentido sul-norte e compõe a bacia do Rio Tocantins. O Rio das Almas corta os municípios de Pirenópolis, Jaraguá, Ceres e Rialma.

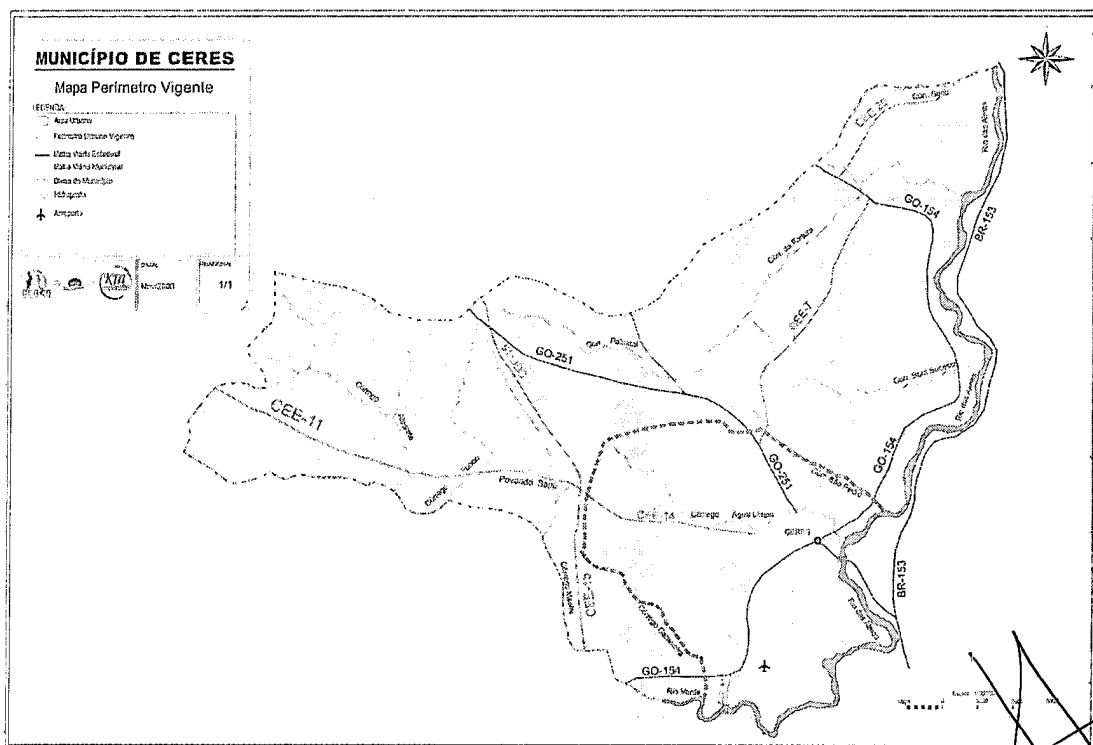


Fonte : KM Consultoria (2008)

ASPECTOS LEGAIS - EXPANSÃO URBANA

A Lei nº 1.295 de 23 de fevereiro de 1995, dispõe sobre o perímetro urbano da cidade de Ceres. Sendo os seguintes limites e confrontações:

- a) ao Norte, com os lotes rurais n.º 2057, 2041, 2043, 3062, 2919 e o Córrego São Pedro;
- b) ao Leste, com o Rio das Almas;
- c) ao Sul, com o Rio Verde;
- d) a Oeste, com o Córrego Gameleira e os lotes rurais n.º 662, 661, 817, 816, 820, 823, 824 e parte da Fazenda Boa Vista.



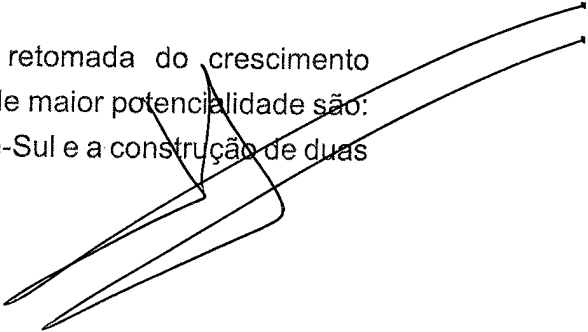
Fonte : KM Consultoria (2008)

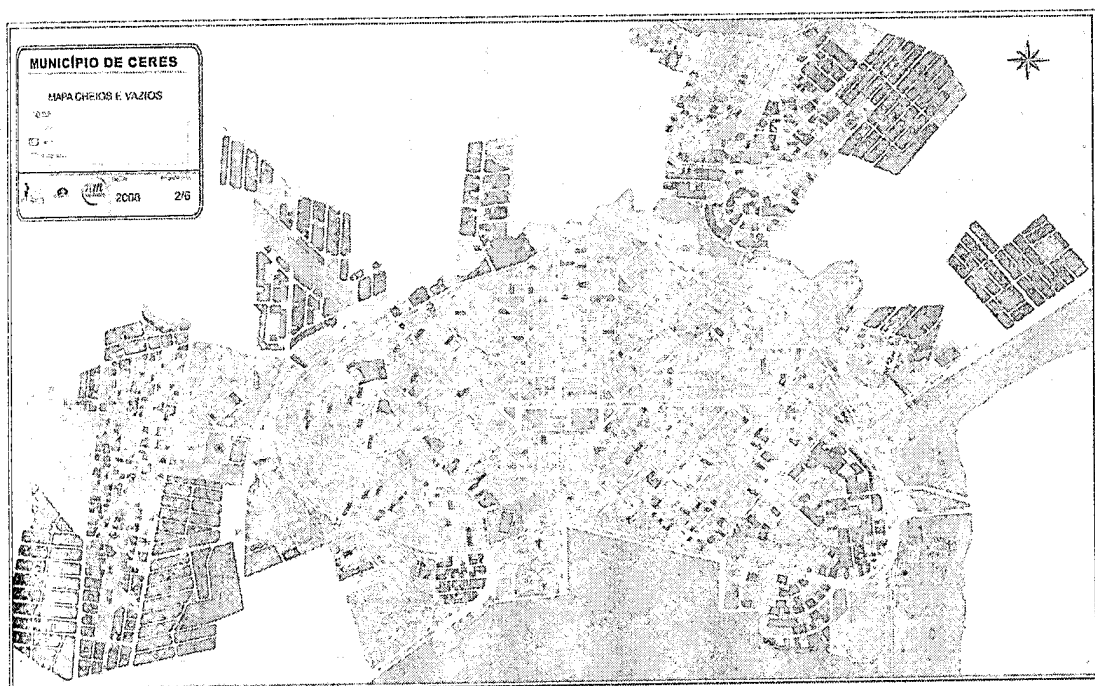
O perímetro atual abrange uma área muito extensa, desproporcional ao crescimento da cidade que segundo os dados da Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informação – SEPIN, vinculada à Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás – SEPLAN, a população projetada para o município de Ceres no ano de 2008 é de 19.114 habitantes com taxa de crescimento de -1,86% ao ano.

A quantidade de lotes vagos dentro do perímetro urbano é de 4.306 unidades. Correspondendo a 45% do total de 9.366 lotes aproximadamente. Projetando a taxa de crescimento populacional de -1,86% ao ano, a população total do Município será de 15.547 habitantes em 2018. Não existindo demanda para ocupação dos lotes vagos durante o período de 10 (dez) anos, considerando uma residência por unidade urbana e quatro pessoas por residência, de acordo com dados estimados segundo as médias brasileiras fornecidas pelo IBGE.

As áreas que concentram maior número de lotes vagos são os bairros: Sara Ribeiro, Jardim Petrópolis, Jardim das Palmeiras, Residencial Milton Ferreira e Primavera, Setor Bougainville, Residencial Tropical I e II, Recanto Verde, Jardim Suíço II, Sorriso II e os loteamentos Portal do Sol I e II, sendo estes quatro últimos localizados em áreas de difícil acesso devido a topografia acentuada do terreno e em áreas de preservação ambiental.

O Município conta com oportunidades para a retomada do crescimento populacional, entre as ações detectadas neste Plano, as de maior potencialidade são: chegada de universidades, a construção da Ferrovia Norte-Sul e a construção de duas usinas hidroelétricas.





Fonte : KM Consultoria (2008)



Loteamento em fase de implementação
 Fonte: Arquivo digital do Grupo de Trabalho Local

SODO SOLO

O uso do solo predominante dentro do perímetro urbano do Município é o habitacional, a maioria das casas são de padrão médio e são poucos os bairros que possuem muitos lotes vagos adensados. Os bairros que têm maior número de lotes vagos e são de pior padrão construtivo são: Sorriso II e Boa Vista, os Bairros Vila Pedrosa, Vila Mutirão e Vila Lions não possuem lotes vagos, mas são considerados de bom padrão construtivo.

Ceres possui um comércio variado e de prestação de serviços, mas insuficiente de baixo desenvolvimento visto que os estabelecimentos são de pequeno porte e se concentram no centro da cidade na Avenida Brasil e Bernardo Sayão. Os bairros mais afastados são carentes de comércio e serviços e acabam tendo que buscar auxílio nos bairros vizinhos.

Segundo dados do site da SEPLAN/SEPIN o número de estabelecimentos industriais até julho de 2007 eram de 60 indústrias, a maioria de pequeno porte. Os incentivos para a agroindústria propostos nas diretrizes deste plano, fortalecerá esse tipo de prestação de serviços, trazendo melhorias para a economia da região.

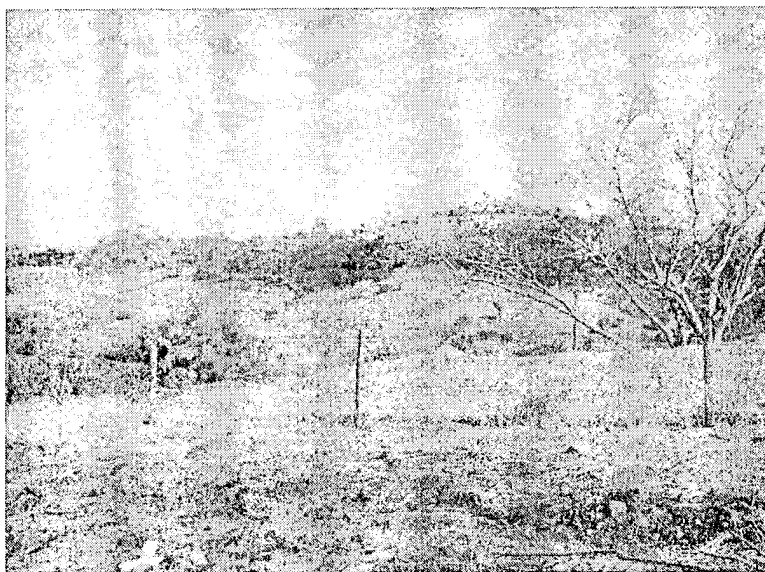
O uso do solo rural predominante em Ceres é com pastagens naturais, segundo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE no censo agropecuário de 2006 (dados preliminares), a ocupação agrícola do solo rural era: 66,4% para pastagens naturais, 26,8% para agricultura: lavoura permanente e temporária e apenas 6% de matas e florestas.

Os produtores são de pequeno porte, suas principais atividades econômicas são a agricultura (milho, soja e arroz), a produção de leite, bovinos e aves. O município também produz melancia, mandioca, cana-de-açúcar e produtos hortifrutigranjeiros.

A população rural é equivalente a apenas 4,7% da total do Município, um índice baixo referente as demais cidades da região, indicando grande êxito rural ao final da década de 90 que correspondia a 18,4% da população total.

A oeste da malha urbana existe um parque ecológico com um viveiro que cultiva plantas para reflorestamento de áreas degradadas e nascentes.

Existem também cachoeiras localizadas no Córrego do Alegrete e no Córrego do Sucesso no Morro do São Pedro, atrações com potencial para turismo ecológico.



Área rural

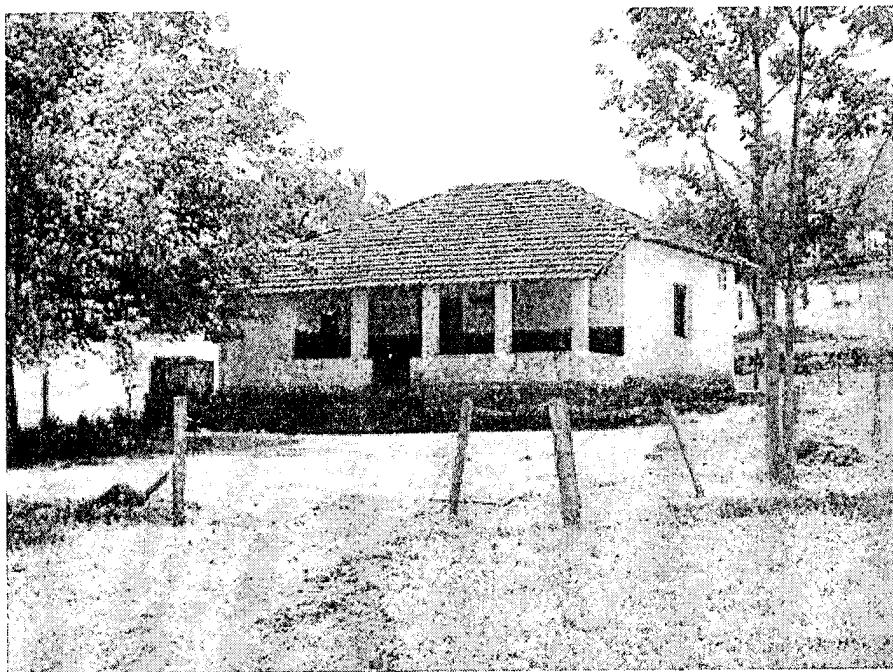
Fonte: Arquivo digital do Grupo de Trabalho Local

INFRA-ESTRUTURA

Os equipamentos urbanos do Município estão concentrados na região central da malha urbana, sendo insuficiente nos demais bairros, muitos com acesso dificultado pela topografia ou falta de transporte público.

Na maioria dos bairros percebe-se a falta de calçadas e iluminação eficiente o que prejudica a mobilidade, muitas ruas não são pavimentadas e quase todos os bairros necessitam de recapeamento asfáltico. São poucos os bairros que têm drenagem pluvial que deveria ser indispensável devido a declividade acentuada do terreno.

A cidade é carente também de creches, escolas de ensino fundamental, escolas técnicas, postos de saúde e equipamentos de lazer. A região necessita receber também mais incentivos públicos para a segurança.



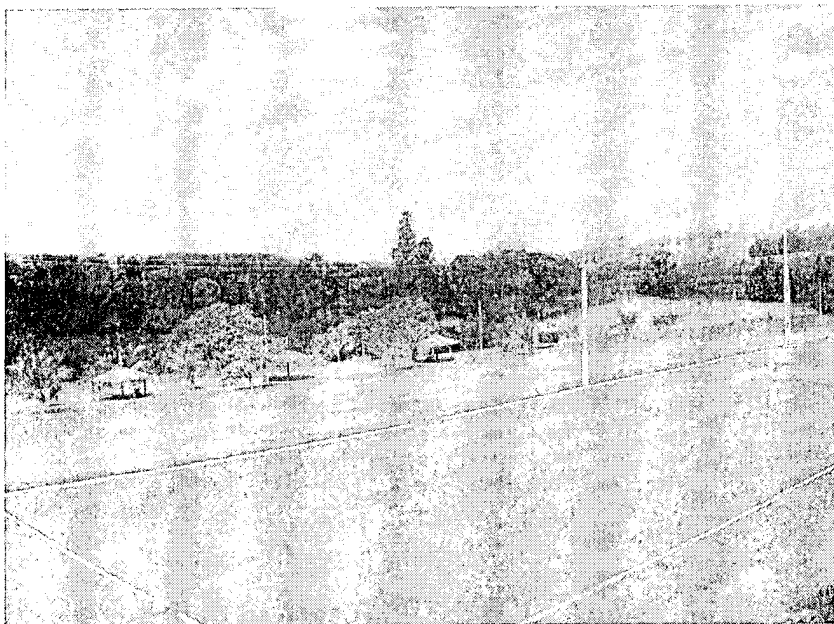
Escola rural desativada da época da CANG.

Foto: Julierme Gontijo



Parque Curumin

Fonte: Arquivo digital do Grupo de Trabalho Local.



Complexo turístico

Fonte: Arquivo digital do Grupo de Trabalho Local



Condição precária da pavimentação

Fonte: Arquivo digital do Grupo de Trabalho Local

OBILIDADE

A topografia da região traz muitas dificuldades de locomoção aos transeuntes, o transporte é feito pela maioria por bicicleta, moto ou a pé, as ruas não têm sinalização, falta locais para estacionamento público, as calçadas não são rebaixadas e falta adequação dos edifícios públicos para portadores de necessidades especiais.

Os bairros Recanto das Andorinhas e Jardim Sorriso II, têm quadras acessíveis por veículos devido a topografia acentuada, outros setores que também em seu acesso dificultado são o Jardim Petrópolis, Vila Rica, Setor Cruzeiro e Setor Mugainville, que sofre com a falta de pavimentação e a ponte precária que liga o setor ao centro da cidade.

Apesar da existência das linhas de ônibus o serviço de transporte público é precário e insuficiente.

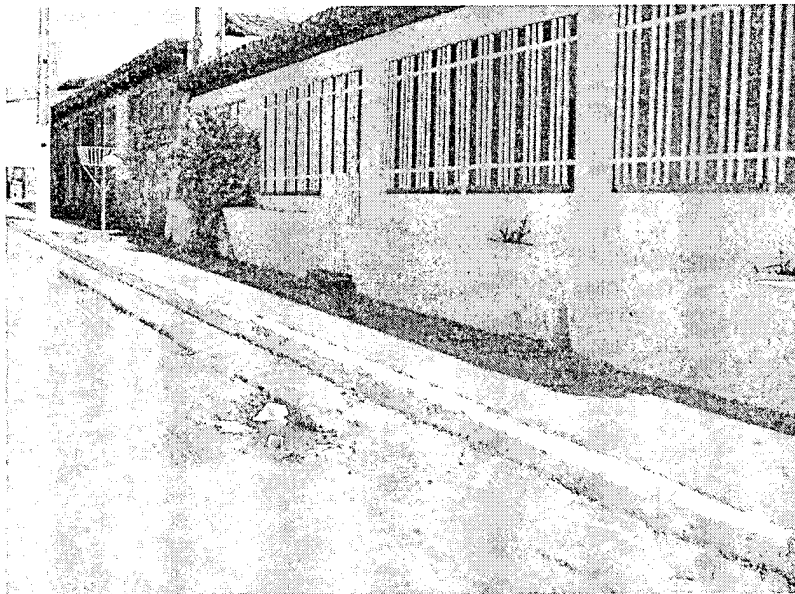
Na área rural a quantidade de estradas vicinais é insuficiente para o escoamento da produção e necessita de manutenção. Não há escolas rurais e nem transporte para levar as crianças para as escolas do centro da cidade.

O tráfego de caminhões de carga pesada nas Avenidas Brasil e Bernardo Sayão compromete a pavimentação e põe em risco de deslizamento as casas localizadas ao longo da cidade próximas a Bernardo Sayão.



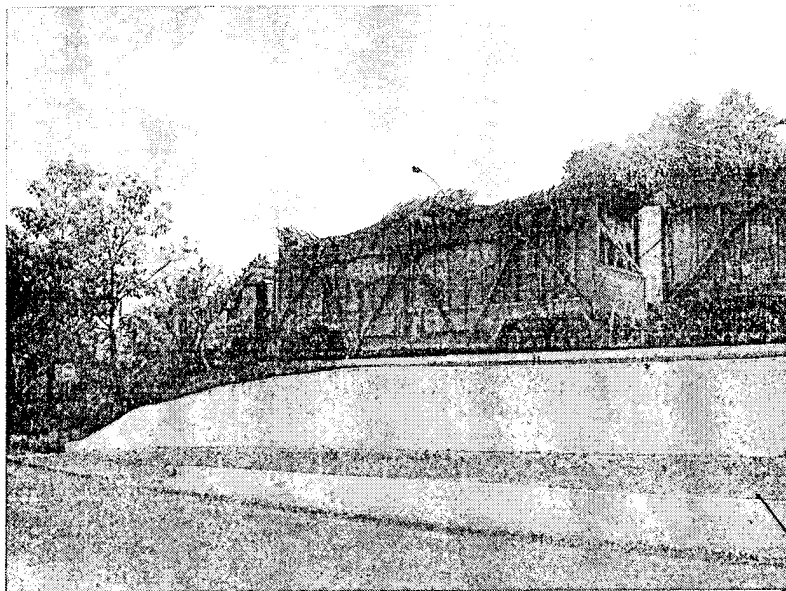
Ruas sem pavimentação, bairros com difícil acesso.

Fonte: Arquivo digital do Grupo de Trabalho Local



Condições precárias do asfalto e caçadas sem rebaixamento.

Fonte: Arquivo digital do Grupo de Trabalho Local



Tráfego pesado de caminhões na rua Bernardo Sayão.

Fonte: Arquivo digital do Grupo de Trabalho Local

ASPECTOS SOCIAIS, DE EMPREGO E RENDA

No último censo demográfico feito pelo IBGE, em 2000, a população urbana representava 81% do total de habitantes. Analisando com os dados fornecidos pelo site da Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás-SEPLAN/SEPIN a projeção da população do município de Ceres em 2007 era de 18.637 habitantes, cerca de 95% da população do Município. Essa análise mostra que o crescimento populacional urbano em Ceres é mais acentuado que o crescimento populacional rural.

Distribuição da população em Ceres

Ano de Referência	População Total	Urbana	%	Rural	%	TGCA(*)%
1991	22.874	16.951		5.923		-0,82
1996	21.951	17.051		4.900		-0,33
2000	22.209	18.123		4.086		0,29
2007	18.637	17.732		905		-2,47

(*) Taxa geométrica de crescimento anual

Fonte: Superintendência de Estatísticas, Pesquisa e Informação - SEPIN (2008).

Os dados da Seplan apontam boa participação do PIB na Região e o Índice de Desenvolvimento Humano médio para renda em 2000 era de 0.71, bem próximo ao índice da média estadual.

O comércio de Ceres é insuficiente para a demanda do Município que é referência para as demais regiões. A maior renda do Município é com a agropecuária, sendo necessário investimentos voltados para este setor.

A vocação do Município para confecção, serviços, artesanato, agroindústria, fruticultura e horticultura devem ser explorados, pois são geradores de emprego e renda na região, mas exigem incentivos para qualificação da mão de obra local. O turismo de serviços e negócios também é um potencial de desenvolvimento da região.

PECTOS AMBIENTAIS

O Rio das Almas foi base para o desenvolvimento do município de Ceres, abastecendo a região com energia elétrica, utilização da água para irrigação, abastecimento humano e animal, além de outras atividades que se beneficiam com a utilização dos recursos hídricos.

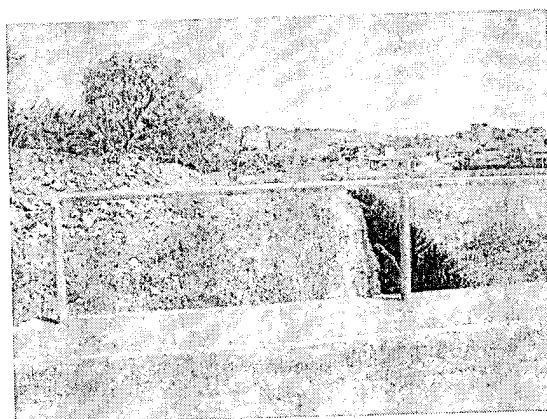
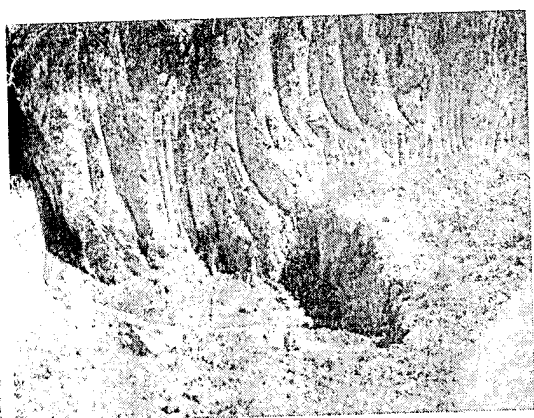
Além de sua importância nas atividades do Município, o Rio das Almas também é um dos principais afluentes da bacia do Rio Tocantins e cartão postal para os ceresinos. A medida que o rio atravessa boa parte da cidade, é vítima de lançamentos de esgoto sem tratamento, resíduos de óleo de motor e de resíduos agrícolas, degradação das matas ciliares e ocupações irregulares em nascentes e em Áreas de Proteção Permanentes - APPs.

Com a exploração agropecuária na região a presença de vegetação ciliar das nascentes é praticamente ausente ou modificada, tendo apenas alguns traços da vegetação nativa.

O parque ecológico, o viveiro e os projetos ambientais da Prefeitura com parceria do IBAMA - GO são incentivos para a proteção do meio ambiente, mas necessitam de investimentos públicos para projetos de preservação e recuperação destinados para essa área, para isso o Município deve consolidar uma legislação adequada com a sociedade e buscar o apoio de instituições como universidades, empresas e parcerias públicas governamentais.

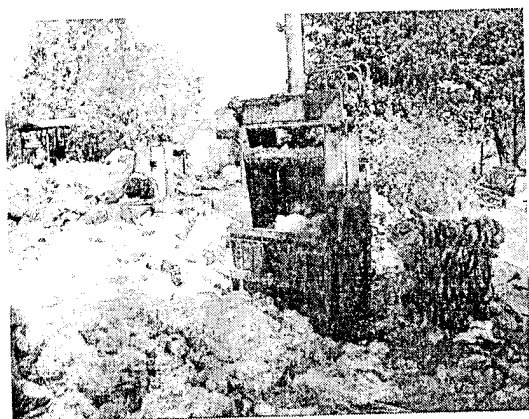
O lixo da cidade é um sério problema ambiental, está localizado às margens da GO-154 próximo ao Córrego Gamelera e ao Rio Verde, contaminando o manancial que serve de abastecimento para Ceres e municípios vizinhos. A Proposta da equipe técnica do Plano Diretor é que se faça um aterro sanitário adequado ao sul da cidade de Ceres próximo a GO-154, o local terá fácil acesso pelas estradas estaduais e municipais, além de não por em risco nenhum manancial.

As erosões, os problemas com enxentes e os riscos de inundações próximos aos mananciais são frequentes, devido ao desmatamento da faixa ciliar dos córregos e ocupação indevida nos fundos de vale e em APP's.



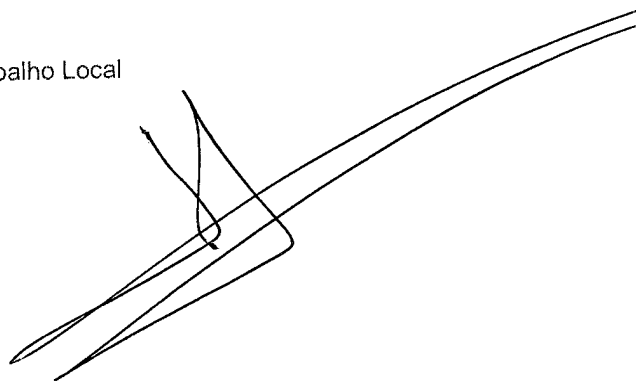
Erosão e desmatamento das matas ciliares dos Córregos.

Fonte: Arquivo digital do Grupo de Trabalho Local



Lixão da cidade de Ceres.

Fonte: Arquivo digital do Grupo de Trabalho Local



alidades turísticas do Município:



Figura x : Margens do Córrego da Fátima Foto: Jullienne Gontijo



Figura x : Córrego da Fátima Foto: Jullienne Gontijo

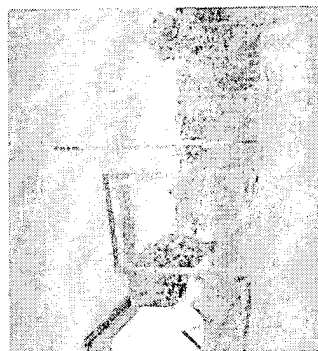


Figura x : Parque Municipal de educação ambiental

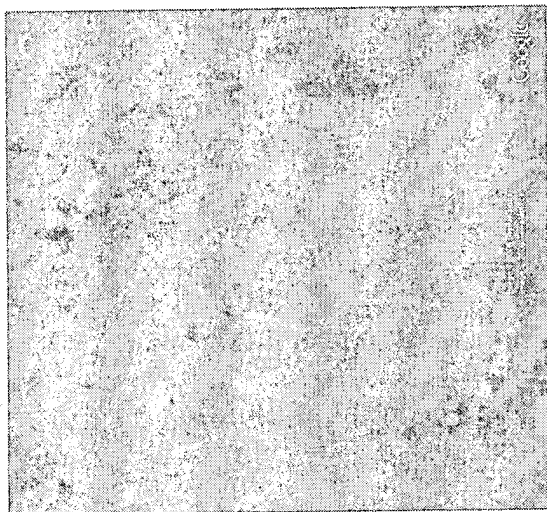


Figura x : Cachoeira do Bom Sucesso
Foto: Jullienne Gontijo



Figura x : Um dos poucos pontos de mata nativa
Foto: Jullienne Gontijo

GESTÃO MUNICIPAL

Em Ceres verifica-se dificuldades em articular o processo de planejamento municipal, principalmente nas questões relacionadas ao orçamentário, meio ambiente e planejamento urbano. São necessários instrumentos para a integração dos órgãos municipais e cooperação com os municípios vizinhos. Este Plano Diretor em conjunto com as leis complementares irá promover a reestrutura da política de arrecadação, além de melhorias na edificação dos órgãos públicos para melhores condições de trabalho para os funcionários.

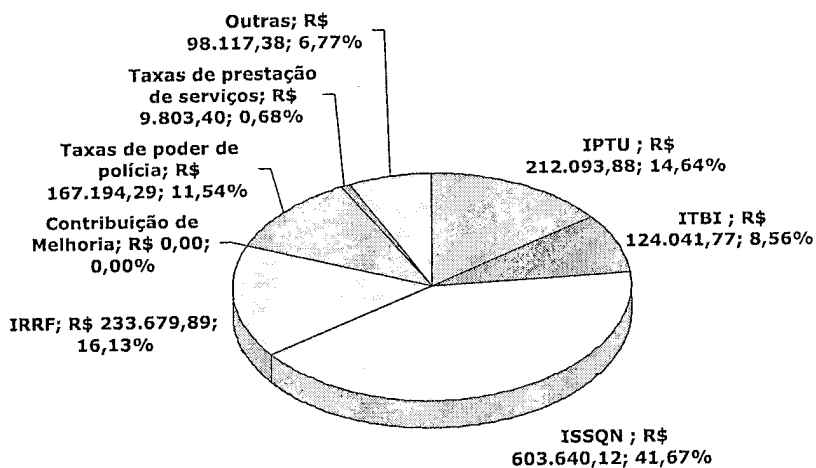
A receita corrente de 2005, foi composta por:

VALOR DA RECEITA CORRENTE 2006 INFORMADA:	R\$ 0,00
VALOR DA RECEITA CORRENTE 2006 CALCULADA:	R\$ 16.109.467,78
DIFERENÇA:	-R\$ 16.109.467,78

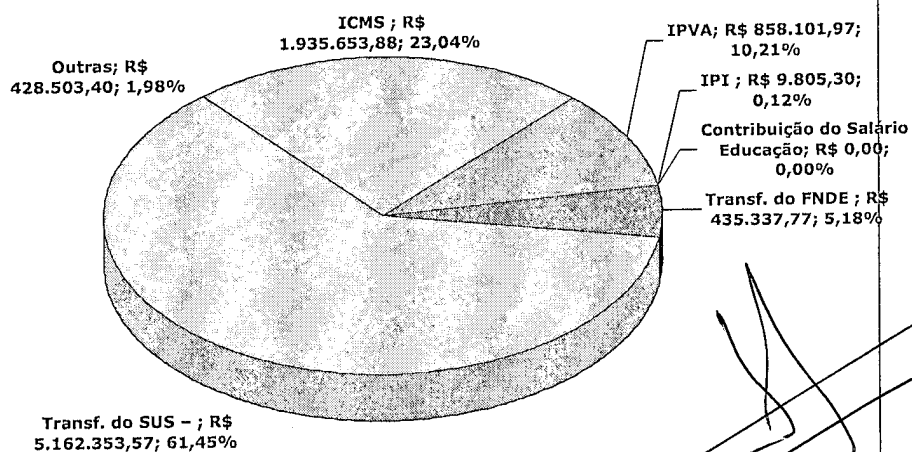
FONTE – ARRECADAÇÃO MUNICIPAL								
Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana	ITBI – Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis	ISSQN – Imp. sobre Serviço de Qualquer Natureza	IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte	Contribuição de Melhoria	Taxas de poder de polícia	Taxas de prestação de serviços	Outras	Total
R\$ 212.093,88	R\$ 124.041,77	R\$ 603.640,12	R\$ 233.679,89	R\$ 0,00	R\$ 167.194,29	R\$ 9.803,40	R\$ 98.117,38	R\$ 1.448.670,73
14,04%	8,56%	41,67%	16,13%	0,00%	11,54%	0,68%	6,77%	100,00%
1,32%	0,77%	3,75%	1,45%	0,00%	1,04%	0,06%	0,61%	8,99%
FONTE – REPASSE do ESTADO (Cota parte ou transferência)								
Imp. sobre a Propriedade da Veiculação e Serviço de Veículos	IPVA – Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores	IPI – Imposto sobre Produto Industrializado	Contribuição do Salário Educação	Transf. do FNDE – Fundo Nac. de Desenvolvimento da Educação	Transferência do SUS – Sistema Único de Saúde		Outras	Total
R\$ 1.935.633,88	R\$ 858.101,97	R\$ 9.805,30	30199,91	R\$ 435.337,77	R\$ 5.162.353,57		R\$ 0,00	R\$ 9.401.232,43
23,04%	10,21%	0,12%	#VALOR!	5,18%	61,45%		0,00%	#VALOR!
12,02%	5,33%	0,06%	#VALOR!	2,70%	32,05%		0,00%	52,15%
FONTE – REPASSE da UNIÃO (Cota parte ou transferência)								
Fundo de Amparo dos Municípios	ITR – Imposto Territorial Rural (*)	Transferência do SUS – Sistema Único de Saúde	Transf. do FNDE – Fundo Nac. de Desenvolvimento da Educação	Transferência do FNAS – Fundo Nacional de Assistência Social	CFEM – Compensação Financeira sobre Exploração Mineral		Outras	Total
R\$ 5.831.945,50	R\$ 4.000,42	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 323.984,69	R\$ 98.813,95		R\$ 0,00	R\$ 6.259.044,56
93,17%	0,08%	0,00%	0,00%	5,18%	1,58%		0,00%	100,00%
35,20%	0,03%	0,00%	0,00%	2,01%	0,61%		0,00%	39,85%

Gráfico dos % de participação de cada item em relação à arrecadação municipal, repasses do Estado e aos repasses da União

Participação na Arrecadação Municipal



Participação nos Repasses Do Estado



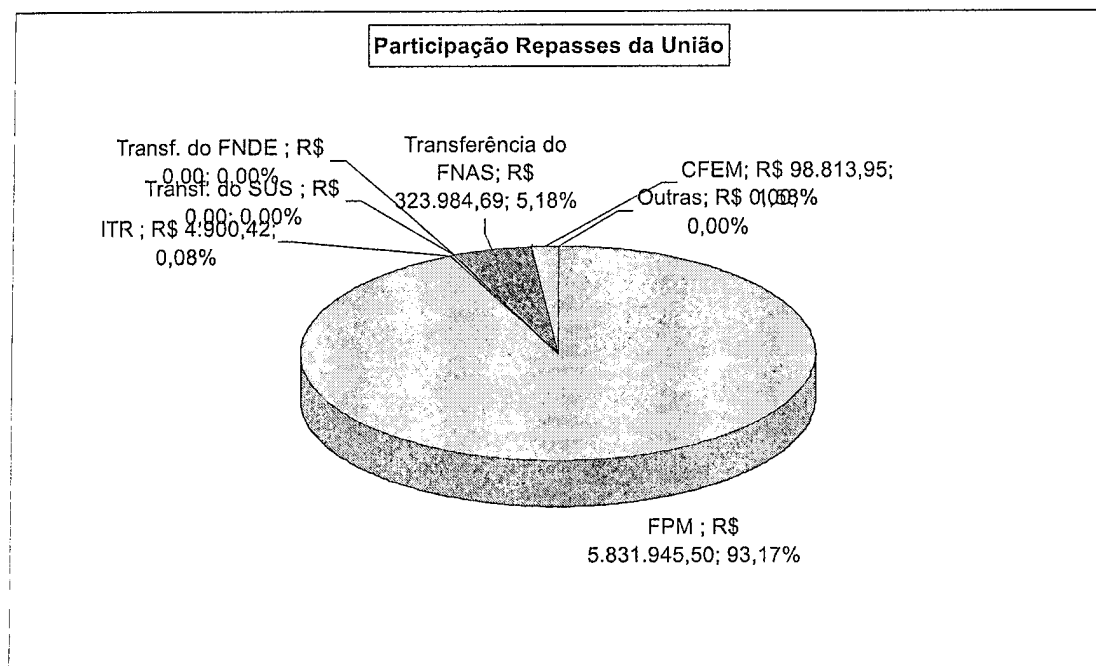
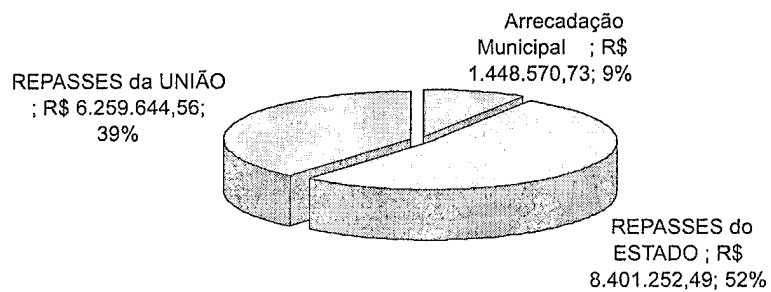


Gráfico dos % de participação de cada item em relação à receita corrente municipal de 2006.

IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano	R\$ 212.099,88								
ITBI – Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis	R\$ 124.041,77								
ISSQN – Imp. sobre Serviço de Qualquer Natureza	R\$ 603.640,12								
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte	R\$ 233.679,89								
Contribuição de Melhoria	R\$ 0,00								
Taxas de poder de polícia	R\$ 167.194,29								
Taxas de prestação de serviços	R\$ 9.803,40								
Outras	R\$ 98.117,38								
ICMS – Imp. sobre Circulação de Mercadoria e Prestação Serviços		R\$ 1.935.653,88							
IPVA – Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores	R\$ 858.101,97								
IPI – Imposto sobre Produto Industrializado	R\$ 9.805,30								
Contribuição do Salário Educação	R\$ 0,00								
Transf. do FNDE – Fundo Nac. de Desenvolvimento da Educação	R\$ 435.337,77								
Transferência do SUS – Sistema Único de Saúde							R\$ 5.162.353,67		
Outras	R\$ 0,00								
FPM – Fundo de Participação dos Municípios								R\$ 5.831.945,50	
ITR – Imposto Territorial Rural (*)	R\$ 4.900,42								
Transferência do SUS – Sistema Único de Saúde	R\$ 0,00								
Transf. do FNDE – Fundo Nac. de Desenvolvimento da Educação	R\$ 0,00								
Transferência do FNAS – Fundo Nacional de Assistência Social	R\$ 323.984,69								
CFEM – Compensação Financeira sobre Exploração Mineral	R\$ 98.813,95								
Outras	R\$ 0,00								

Participação na Receita Corrente 2006

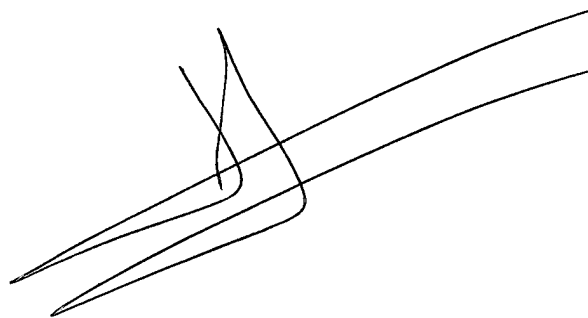


PLANO DIRETOR PATRIMÔNIO CULTURAL DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

PARTE II - Diretrizes

DIRETRIZES MUNICIPAIS

Os temas prioritários foram discutidos nas audiências públicas tendo como produto final as diretrizes municipais, que vão subsidiar a escrita do projeto de lei. Para a elaboração das diretrizes para o Plano Diretor Democrático do Município de Ceres foram selecionados os seguintes temas prioritários: saneamento ambiental, mobilidade urbana e rural, inclusão territorial e moradia digna, desenvolvimento econômico e social, patrimônio ambiental e cultural e estrutura institucional, planejamento e gestão.

A handwritten signature in black ink, consisting of several overlapping loops and strokes, positioned in the middle-right area of the page.

OBJETIVOS: Promover um saneamento ambiental qualificado no município de Ceres.

DIRETRIZES: Elaborar e executar projetos e planos, em parceria com a SANEAGO e a CHESP, para viabilizar a implantação dos serviços de saneamento ambiental do município.

Ações Previstas	Responsabilidade Institucional	Parceiros	Prazo Previsto	Origem dos Recursos
Elaborar e implementar o Plano Municipal de Drenagem Urbana	Planejamento	SEINFRA e Ministério das Cidades	curto	OGU
Elaborar e implementar o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos	Planejamento	SEINFRA/Assessoria da Agricultura e Meio Ambiente/Educação, IBAMA	curto	FMS/FUNASA
Adquirir área e Implantar a construção do Aterro Sanitário Regional – Consórcio	Planejamento	Assessoria da Agricultura e Meio Ambiente e SEINFRA IBAMA e PPP	curto	OGU Municipais Iniciativa Privada
Recuperar a área utilizada atualmente para o depósito de lixo.	Assessoria de Agricultura e Meio Ambiente	SEINFRA, OSCIP, IBAMA, PPP, EAFC	médio	PPP, OSCIP, IBAMA
Conduzir a canalização do Córrego Água Limpa	SEINFRA	Ministério do Meio Ambiente	médio	OGU
Implantar a rede de coleta de esgoto nas áreas adensadas do município.	SANEAGO	Planejamento e SEINFRA	curto	OGU Estaduais
Manter sistema de monitoramento da qualidade do esgoto.	SANEAGO	Planejamento e SEINFRA	longo	Contribuição de Taxa
Melhorar a qualidade dos serviços de abastecimento de água e ampliar a rede, atendendo 100% da área urbana do município e criar reservatório de água para atender os bairros: Petrópolis I e II, Primavera, Matirão, Vila Rica, Boa Vista, Nova Esperança, Tropical e II e Portal do Sol	SANEAGO	SEINFRA, Planejamento e proprietários de loteamentos	médio	OGU SANEAGO PPA
Melhorar a qualidade e a capacidade da rede de energia elétrica.	CHESP	SEINFRA, CELG e Planejamento	médio	Eletrobrás
Desenvolver projetos que garantam a preservação dos recursos hídricos.	Assessoria de Agricultura e Meio Ambiente	SEINFRA, OSCIP, IBAMA, PPP, Ministério do Meio Ambiente e Planejamento, Ministério Público, Secretária Estadual de Recursos Hídricos.	médio	OGU OSCIP PPP

gar mecanismos que possa garantir a mobilidade e a acessibilidade da zona urbana e rural, dando acesso a todos os cidadãos ao

os realizados no município.

ações previstas

	Responsabilidade Institucional	Parceiros	Prazo Previsto	Origem dos Recursos
o Plano Municipal de Mobilidade e	Planejamento	SEINFRA	curto	Próprio
o Plano Municipal de Mobilidade e	SEINFRA	Ministério das Cidades Secretaria Estadual das Cidades	longo	Federal Estadual Próprio
o Plano Municipal de Mobilidade e	SEINFRA	Comunidade, Prefeitura	longo	Federal Estadual Próprio
o Plano Municipal de Mobilidade e	SEINFRA	Planejamento, Empresas	médio	Contribuição de melhoria Próprio
o Plano Municipal de Mobilidade e	SEINFRA	Detran	médio	Próprio
o Plano Municipal de Mobilidade e	SEINFRA e Educação	Conselho Municipal de Segurança, Detran	médio	Próprio
o Plano Municipal de Mobilidade e	SEINFRA e Assessoria de Agricultura e Meio Ambiente, SEINFRA SMT	Ministério Público	longo	Federal Estadual Próprio
o Plano Municipal de Mobilidade e	SEINFRA	Empresas Ministério Público	médio	Próprio
o Plano Municipal de Mobilidade e	SEINFRA	Planejamento	curto	Federal

Ações Previstas	Responsabilidade Institucional	Parceiros	Prazo Previsto	Origem dos Recursos
Elaborar o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social	Planejamento	SEINFRA	curto	Próprio Federal
Garantir a implantação de equipamentos urbanos e sociais na produção de moradias de interesse social.	Planejamento	Demais Secretarias Cooperativas OSCIPs	longo	OGU Estadual Municipal
Monitorar a demanda habitacional no município	Planejamento e Assistência Social	Conselho da Cidade Conselho Gestor do FNH	Permanente	Municipal
Implementar projetos para regularizar e urbanizar as áreas de ocupação irregular: Desdobro do Setor Sul, Setor Sul(Conjunto Bernardo Sayão), Vila Mutirão, Recanto das Andorinhas, Desdobro Vila São Patrício, Desdobro do Setor Cruzeiro, Vila Pedrosa, Vila Nova Esperança	Planejamento	Infra-estrutura, Administração e Câmara Municipal Agencia Goiana de Habitação Cartório	curto	Federal Estadual Municipal
Implementar a execução do Código Municipal de Posturas e edificações para minimizar os conflitos de proximidade e incomodidade.	Planejamento	Câmara Municipal, Assessoria de Agricultura e Meio Ambiente e COMDEMA Administração Infra-Estrutura Crea	curto	Municipal
Estimular o uso e ocupação do solo urbano para áreas vazias com potencial de adensamento.	Planejamento, Infra-estrutura e Assessoria de Agricultura e Meio Ambiente	OSCIPs e EAFce	médio	Municipal
Diversificar as formas de acesso à habitação de interesse social.	Planejamento	OSCIPs Associações de Bairros	médio	Municipal
Urbanizar e melhorar o padrão de habitabilidade da área de baixo padrão construtivo, constituída pelos bairros: Vila Pedrosa, Vila Mutirão, Vila Lions e Conjunto Bernardo Sayão e Andorinhas.	Planejamento e SEINFRA	Associações de Bairros	longo	Federal Estadual Municipal

OBJETIVOS: Incentivar a implantação de pequenas empresas / núcleos empresariais para garantir a geração de emprego e renda.

DIRETRIZES: Priorizar as atividades empresariais de baixo impacto ambiental e incomodidade.

Ações Previstas	Responsabilidade Institucional	Parceiros	Prazo Previsto	Origem dos Recursos
Elaborar e implementar o Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico	Planejamento	Acicer CDL Sebrae Território de Desenvolvimento Rural Sustentável Instituições Financeiras	longo	Federal Estadual Municipal
Adquirir área para construção do Distrito Agroindustrial	Planejamento	ACICER CDL SEBRAE	médio	Municipal
Disponibilizar suporte a Feira do Produtor.	Assessoria de Agricultura e Meio Ambiente	SEBRAE Agencia Rural Sindicatos	curto	Municipal
Integrar as políticas municipais de agricultura com o Programa dos Territórios do MDA.	Assessoria de Agricultura e Meio Ambiente	MDA	curto	Federal Próprio
Incentivar a organização dos Arranjos produtivos locais, a partir da vocação do município: confecção, Serviços, Artesanato, horticultura, fruticultura e Agroindústria	Planejamento	EAFIC ACICER CDL SEBRAE Agencia Rural SENAC	Permanente	Municipal Estadual
Garantir espaços para realização de atividades produtivas	Planejamento	Secretarias Municipais ACICER SENAC Escola Agrotécnica	Permanente	Municipal

Ações Previstas	Responsabilidade Institucional	Parceiros	Prazo Previsto	Origem dos Recursos
Promover a formação, o treinamento e a qualificação da mão-de-obra local através de convênios com órgãos federais e estaduais.	Planejamento	Secretaria de Promoção Social EAFC ACICER CDL SEBRAE SAENAC Universidades	Permanente	Federal Municipal Estadual
Estimular e viabilizar a execução de projetos através do cooperativismo e associativismo.	Planejamento	Secretaria de Promoção Social e Assessoria de Agricultura e Meio Ambiente SEINFRA Território de Desenvolvimento Rural Sustentável EAFC Agencia Rural AGRODEFESA Banco do Brasil Sindicatos afins MDA	Permanente	Federal Municipal Estadual
Investir no potencial da Prestação de Serviços existentes no município, principalmente na área de saúde e educação, viabilizando áreas para construção de novas unidades de ensino superior e profissionalizante.	Planejamento	EAFC Universidades Associação Médica ACICER Subsecretaria Estadual de Educação Secretarias Municipais	longo	Federal Municipal Estadual

Ações Previstas	Responsabilidade Institucional	Parceiros	Prazo Previsto	Origem dos Recursos
Potencializar a vocação do município para o turismo de serviços e negócios na região, com realizações de grandes eventos regionais.	Planejamento	MTurismo MIntegração SEPLAM SEBRAE ACICER CDL SENAC Prefeituras do Vale	Permanente	Federal Municipal Estadual
Desenvolver programas e ações para melhor utilização de espaços públicos: Praça Cívica, Centro Cultural, Parque Curumim, Complexo Turístico	Planejamento SEINFRA Secretaria de Educação	SEINFRA MCultura MTurismo MEsportes	médio	Federal Municipal Estadual
Dotar o Aeroporto de condições necessárias para realização de transporte aéreo de qualidade.	Estado AGETOP	SEINFRA MDefesa INFRAERO	longo	Federal Municipal Estadual
Elaborar a Lei de Zoneamento segundo as diretrizes do Plano Diretor.	Planejamento	MAmbiente MCidades IBGE Agencia Rural	médio	Federal Municipal Estadual
Estudar o impacto ambiental e a transferência para localidade apropriada das indústrias poluidoras.	Planejamento	Secretaria de Meio Ambiente do Estado Parceria público e privada	médio	Municipal Estadual Federal

OBJETIVOS: Promover a oferta de serviços públicos eficientes e a melhoria da qualidade de vida da população.

DIRETRIZES: Garantir a elaboração e execução de projetos e programas sociais que gerem qualidade de vida para a população de Ceres.

Ações Previstas		Responsabilidade Institucional	Parceiros	Prazo Previsto	Origem dos Recursos
Destinar recursos na Lei orçamentária do Município e no PPA para construção escolas de ensino fundamental e creches (levantar setores).		Educação	MEC Secretaria Estadual de Educação e ONG's	médio	FUNDEB, PPP, Estado, Fundo Municipal de Educação
Construir e dar funcionamento a equipamentos de lazer nas áreas adensadas.		Educação	PPP Estado	médio	Ministério dos Esportes, Turismo, Fundo Municipal de Educação e PPP
Promover a urbanização das Praças.		SEINFRA	IBAMA, Secretaria da Agricultura e SEMARH	curto	OGU Estado Município
Promover políticas públicas de emancipação das famílias de classe baixa.		Promoção Social	MDS, Universidades, Organizações não governamentais e igrejas	curto	OGU Estado Município
Integrar o trabalho da promoção social com as políticas de reforma urbana, principalmente na área adensada e de pior padrão construtivo.		Promoção Social	Secretaria de Educação, Saúde, Infra-Estrutura, ONG, comunidade, empresas	médio	OGU Estado Município
Implantar e implementar políticas públicas para a juventude, voltadas para a cultura, esporte, lazer, educação e capacitação profissional.		Promoção Social	Estado Governo Federal	curto	OGU Estado Município
Ampliar e melhorar o atendimento do sistema saúde, em especial nas áreas adensadas, com aumento de números de funcionários e horário de atendimento.		Saúde	Ministério da Saúde, Governo Estadual e universidades	curto	OGU Estado Município

OBJETIVOS: Priorizar os investimentos públicos para proteger, recuperar e revitalizar o patrimônio ambiental, histórico e cultural.

DIRETRIZES: Compatibilizar a expansão e renovação dos ambientes urbanos com a proteção ambiental e cultural.

Ações Previstas	Responsabilidade Institucional	Parceiros	Prazo Previsto	Origem dos Recursos
Elaborar e implementar a Agenda 21 Local	Assessoria de Agricultura e Meio Ambiente e COMDEMA	MMeio Ambiente Secretaria do Meio ambiente	curto	Federal Estadual Municipal
Viabilizar a implantação e a proteção da área destinada ao aterro sanitário.	Assessoria de Agricultura e Meio Ambiente e COMDEMA	EAFC, Câmara, PPP	curto	OGU Municipal
Elaborar e Aplicar o Código Municipal de Meio Ambiente	Assessoria de Agricultura e Meio Ambiente e COMDEMA	Câmara, IBAMA, Agência Rural, OSCIP e EAFCE	curto	Municipal
Implementar mecanismos de fiscalização, controle e monitoramento dos recursos naturais (mananciais hídricos, APP, morros, etc)	Assessoria de Agricultura e Meio Ambiente e COMDEMA	Agência Ambiental	curto	Municipal
Regulamentar e fiscalizar a extração de areia do Rio das Almas	Assessoria de Agricultura e Meio Ambiente e COMDEMA	Agência Ambiental	curto	Municipal
Rever a ocupação da parte do Jardim Sorriso II, Jardim Sara Ribeiro e Povoado do Sol em função dos danos ambientais existentes.	Planejamento, Assessoria de Agricultura e Meio Ambiente e COMDEMA	Infra-Estrutura, EAFCE	curto	Municipal
Elaborar e executar o Plano de Recuperação de Áreas Degradadas	Assessoria de Agricultura e Meio Ambiente e COMDEMA	EAFC, OSCIP	médio	Municipal Federal
Normalizar e delimitar a plantação de cana-de-açúcar	Assessoria de Agricultura e Meio Ambiente e COMDEMA	Agrodefesa e Ministério Público	curto	Municipal

Ações Previstas	Responsabilidade Institucional	Parceiros	Prazo Previsto	Origem dos Recursos
Estabelecer política de desmatamento e controle das queimadas.	Assessoria de Agricultura e Meio Ambiente e COMDEMA	IBAMA	curto	Municipal
Monitorar e manter o controle do uso de agrotóxico e da destinação de suas embalagens.	Assessoria de Agricultura e Meio Ambiente e COMDEMA	Agrodefesa, IBAMA e OSCIPS	curto	Municipal
Baixar normas e fiscalizar o despejo de lixo e entulhos em lugares impróprios.	Assessoria de Agricultura e Meio Ambiente e COMDEMA	Agrodefesa, IBAMA e OSCIPS	curto	Municipal
Promover um programa de arborização da cidade de forma planejada.	Assessoria de Agricultura e Meio Ambiente e COMDEMA	Agrodefesa, IBAMA e OSCIPS	curto	Municipal
Preservar as nascentes, os córregos e as matas ciliares.	Assessoria de Agricultura e Meio Ambiente e COMDEMA	Agrodefesa, IBAMA e OSCIPS	curto	Municipal
Estabelecer política de controle das erosões e voçorocas	Assessoria de Agricultura e Meio Ambiente e COMDEMA	Agrodefesa, IBAMA e OSCIPS	curto	Municipal
Reflorestar as áreas de preservação permanente.	Assessoria de Agricultura e Meio Ambiente e COMDEMA	Agrodefesa, IBAMA e OSCIPS	médio	Municipal Estadual Federal
Recuperar a bacia do Rio das Almas que cortam o município de Ceres.	Assessoria de Agricultura e Meio Ambiente e COMDEMA	Agrodefesa, IBAMA e OSCIPS	longo	Municipal Estadual Federal
Elaborar e implementar um Plano de Manejo para o Parque Municipal	Assessoria de Agricultura e Meio Ambiente e COMDEMA	Agrodefesa, IBAMA e OSCIPS	curto	Municipal Estadual Federal

Objetos Interiores	Responsabilidade Institucional	Parceiros	Prazo/Período	Origem dos Recursos
Estabelecer política de coibição da poluição do Rio das Almas e Córrego da Água Limpa, principalmente com detritos do matadouro e resíduos poluentes vindos das oficinas mecânicas.	Assessoria de Agricultura e Meio Ambiente e COMDEMA	Agrodefesa, IBAMA e OSCIPS	curto	Municipal
Proteger as áreas de fragilidade ambiental, impróprias para ocupação	Assessoria de Agricultura e Meio Ambiente e COMDEMA	Agrodefesa, IBAMA e OSCIPS	curto	Municipal
Recuperar e preservar o Parque Curumim	Assessoria de Agricultura e Meio Ambiente e COMDEMA		médio	Municipal Federal
Desenvolver projetos e programas de educação ambiental.	Assessoria de Agricultura e Meio Ambiente e COMDEMA	Educação, EFACE, IBAMA e OSCIPS	Permanente	Municipal
Criar lei municipal para tombamento de prédios históricos: Casa Bernardo Sayão, Engenho, Casa do Dr. Jair, Usina Hidrelétrica, Acampamento Presbiteriano e Prefeitura	Educação e Planejamento	Ministério da Cultura e OSCIPS	médio	Municipal
Promover a revitalização dos prédios tombados.	Educação	Ministério da Cultura e OSCIPS	longo	OGU
Explorar os espaços turísticos e culturais com projetos que enriqueça os conhecimentos da população.	Educação e Planejamento		curto	Municipal
Incentivar a realização de projetos e atividades que promova a difusão da cultura de Ceres	Educação	Ministério da Cultura e OSCIPS	curto	Municipal
Criar agenda de atividades Culturais em escala Regional no Centro de Cultural	Educação	Ministério da Cultura e OSCIPS	curto	OGU

TEMA 07: Estrutura Institucional, Planejamento e Gestão

OBJETIVOS: Viabilizar a execução do Plano Diretor em todas as esferas do âmbito municipal.

DIRETRIZES: Apoiar e estimular o processo de gestão democrática e participativa, garantindo uma gestão integrada.

Ações Previstas	Responsabilidade Institucional	Parceiros	Prazo Previsto	Origem dos Recursos
Articular a política urbana às demais políticas setoriais, promovendo a integração entre todos os órgãos municipais e a cooperação entre os municípios vizinhos.	Planejamento	Associação São Patriciense, AGM, Sociedade Civil, Secretarias Municipais e Conselhos	médio	Municipal Estadual Federal
Promover revisão e reorganização da lei nº 1.523, que dispõe sobre estrutura organizacional do poder executivo, diante das diretrizes do Plano Diretor.	Planejamento	Todas as Secretarias, Câmara Municipal e Consultorias	curto	Municipal
Implantar as leis complementares que se fizerem necessárias para a implementação do Plano Diretor: Perímetro Urbano, Uso do Solo, Código de Postura, Edificações, preservação dos recursos hídricos e meio ambiente.	Planejamento	SEINFRA, Secretarias Afins, Assessoria Jurídica, AGM, Conselhos e Entidade	curto	Municipal Federal
Promover a revisão das leis de parcelamento do solo, no sentido de redefinir os limites de cada bairro e o nome dos logradouros públicos (ruas, avenidas e praças)	Planejamento	Associações, Secretarias e Poder Legislativo	curto	Municipal
Promover parcerias com a iniciativa privada para compatibilizar o desenvolvimento urbano com os interesses da coletividade.	Planejamento	Associações, Poder Legislativo, Ministério Público e Secretarias	curto	Municipal
Rever os mecanismos de planejamento e gestão orçamentária, dando mais agilidade e eficiência às ações da Prefeitura, ajudando no controle das receitas e despesas.	Planejamento	Todas as Secretarias	curto	Municipal
Integrar a política urbana ao processo de elaboração do Orçamento municipal, do Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.	Planejamento	Associações, conselhos, sociedade civil, secretarias e Ministério Público	curto	Municipal

Continuação do TEMA 07: Estrutura Institucional, Planejamento e Gestão

Ações Previstas	Responsabilidade Institucional	Parceiros	Prazo Previsto	Origem dos Recursos
Implementar mecanismos permanentes para revisar e atualizar o Plano Diretor e a legislação urbanística.	Planejamento	Todas as Secretarias	médio	Municipal Federal
Criar o Conselho de Desenvolvimento Municipal para acompanhamento, implementação e revisão do Plano Diretor.	Planejamento	Todas as Secretarias, Poder Legislativo	curto	Municipal
Reestruturar a política de arrecadação, disponibilizando um corpo de funcionários competentes para atender e fiscalizar a sua implementação.	Planejamento e Finanças	Todas as Secretarias e Consultorias afins	curto	Municipal
Reformar a estrutura física da Prefeitura dando funcionalidade e comodidade para os funcionários e contribuintes que ali frequentam.	Planejamento	Secretaria de Finanças e SEINFRA	médio	Municipal
Criar local apropriado e de qualidade para atendimento das atividades de arrecadação.	Finanças	Planejamento	curto	Municipal
Promover a capacitação do corpo técnico de funcionários para melhorar o atendimento dos serviços públicos, implementando ferramentas de avaliação de desempenho dos servidores.	Administração	Associações, secretarias, fundações, Sebrae, SENAC, SENAI	curto	Municipal
Implantar política de valorização do Servidor Público e condições de trabalho.	Administração	Todas as Secretarias	curto	Municipal
Melhorar o Fluxo de Compras com planejamento à médio prazo e controle de Almoxxarifado, criando o almoxarifado central.	Administração	Todas as Secretarias	curto	Municipal
Fortalecer o controle social através da estruturação da sala dos conselhos.	Planejamento	Todas as Secretarias Conselhos	curto	Municipal

Ações Previstas	Responsabilidade Institucional	Parceiros	Prazo Previsto	Origem dos Recursos
Credenciar o Município a Entidades Federais como a CNM e FNM	Planejamento	-	curto	Municipal
Disponibilizar na Praça Três Poderes o funcionamento do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, adaptando o Palácio da Justiça para o funcionamento do Legislativo e garantindo área para a construção de prédio para o Poder Judiciário	Planejamento	Poder Legislativo e Poder Judiciário	longo	Municipal Estadual Federal

PARTE II - Mapas Temáticos

MUNICÍPIO DE CERES

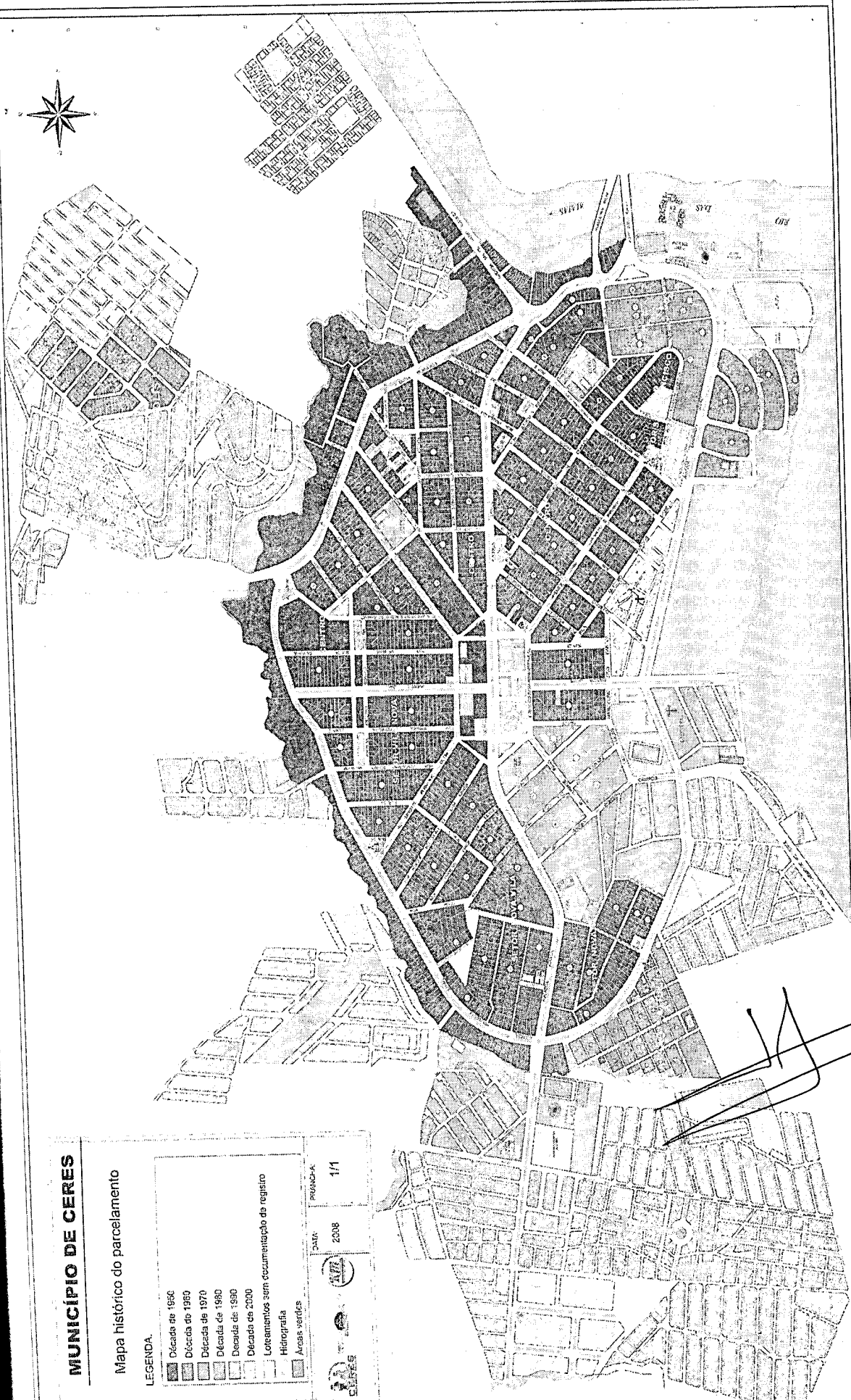
Mapa histórico do parcelamento

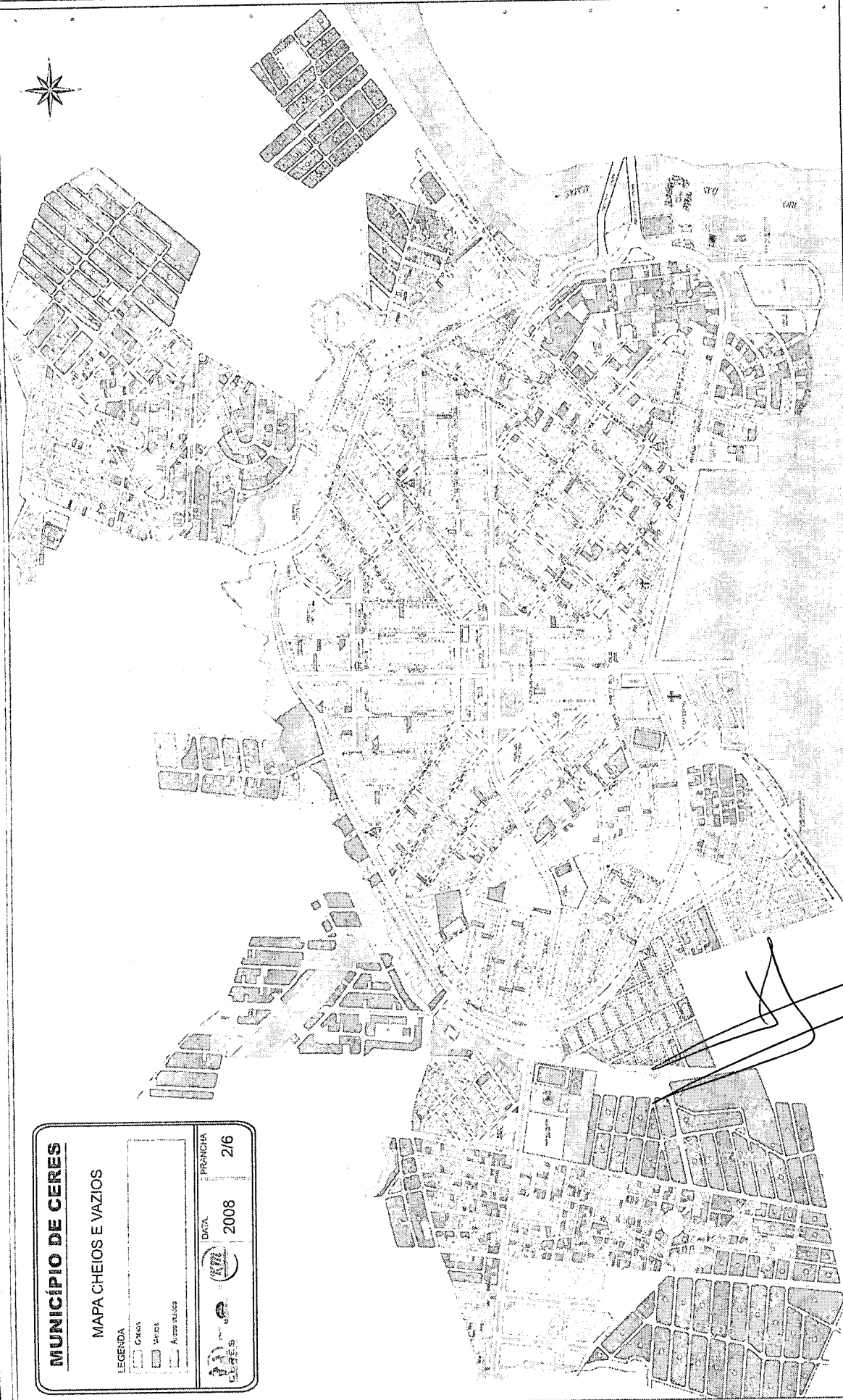
LEGENDA

- Década de 1950
- Década de 1960
- Década de 1970
- Década de 1980
- Década de 1990
- Década de 2000
- Locamentos sem documentação do registro
- Hidrografia
- Áreas verdes

DATA: 2008
PRONDA: 1/1

CERES





MUNICÍPIO DE CERES

MAPA CHEIOS E VAZIOS

LEGENDA

- Cheios
- Vazios
- Áreas verdes

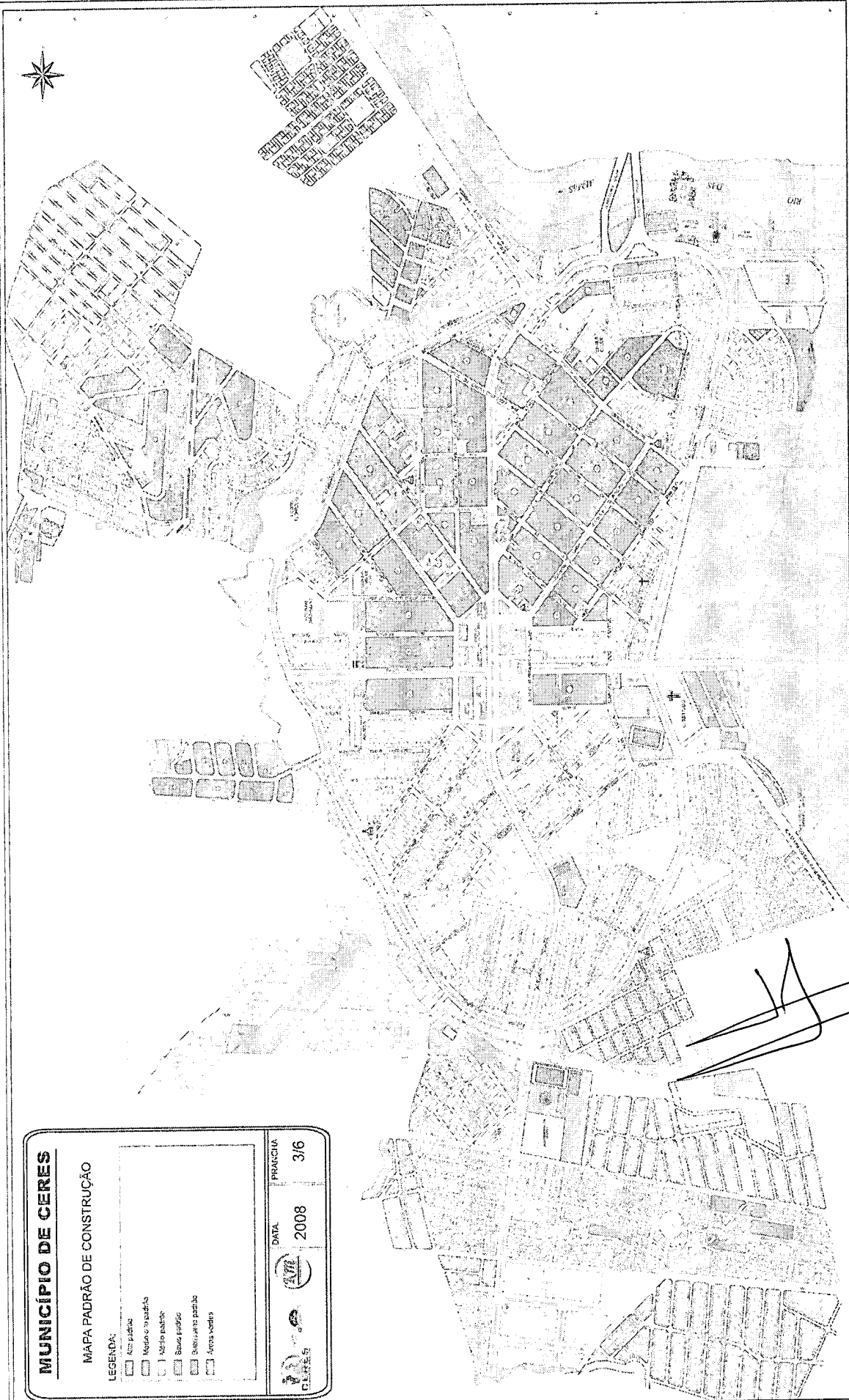


DATA

2008

PRANCHIA

2/6



MUNICÍPIO DE CERES

MAPA PADRÃO DE CONSTRUÇÃO

LEGENDA:

- Área padroeira
- Área de preservação
- Área pública
- Área de preservação
- Área de preservação
- Área de preservação



DATA

2008

PRANQUIA

3/6



PROYECTO DE ORDENAMIENTO TERRITORIAL
MUNICIPIO DE CERES
HOJA 4/6
Escala: 1:50,000
Fecha: 10/2000
Elaborado por: [illegible]
Aprobado por: [illegible]

MUNICIPIO DE CERES

MAPA USO PREDOMINANTE

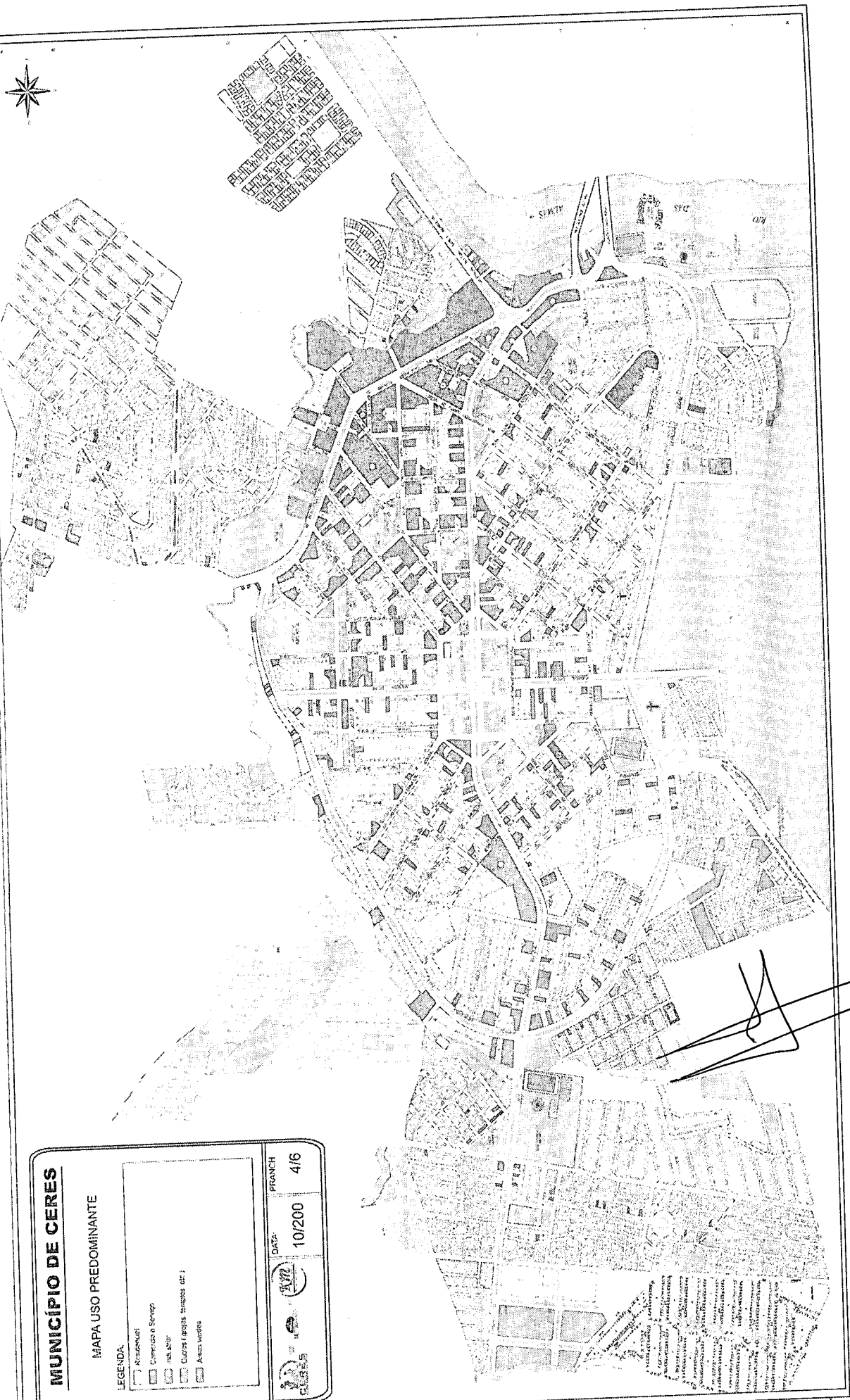
LEGENDA

- [Symbol] Rutas
- [Symbol] Corredor a Suroeste
- [Symbol] Zona Agraria
- [Symbol] Clases y usos urbanos de 1
- [Symbol] Areas verdes

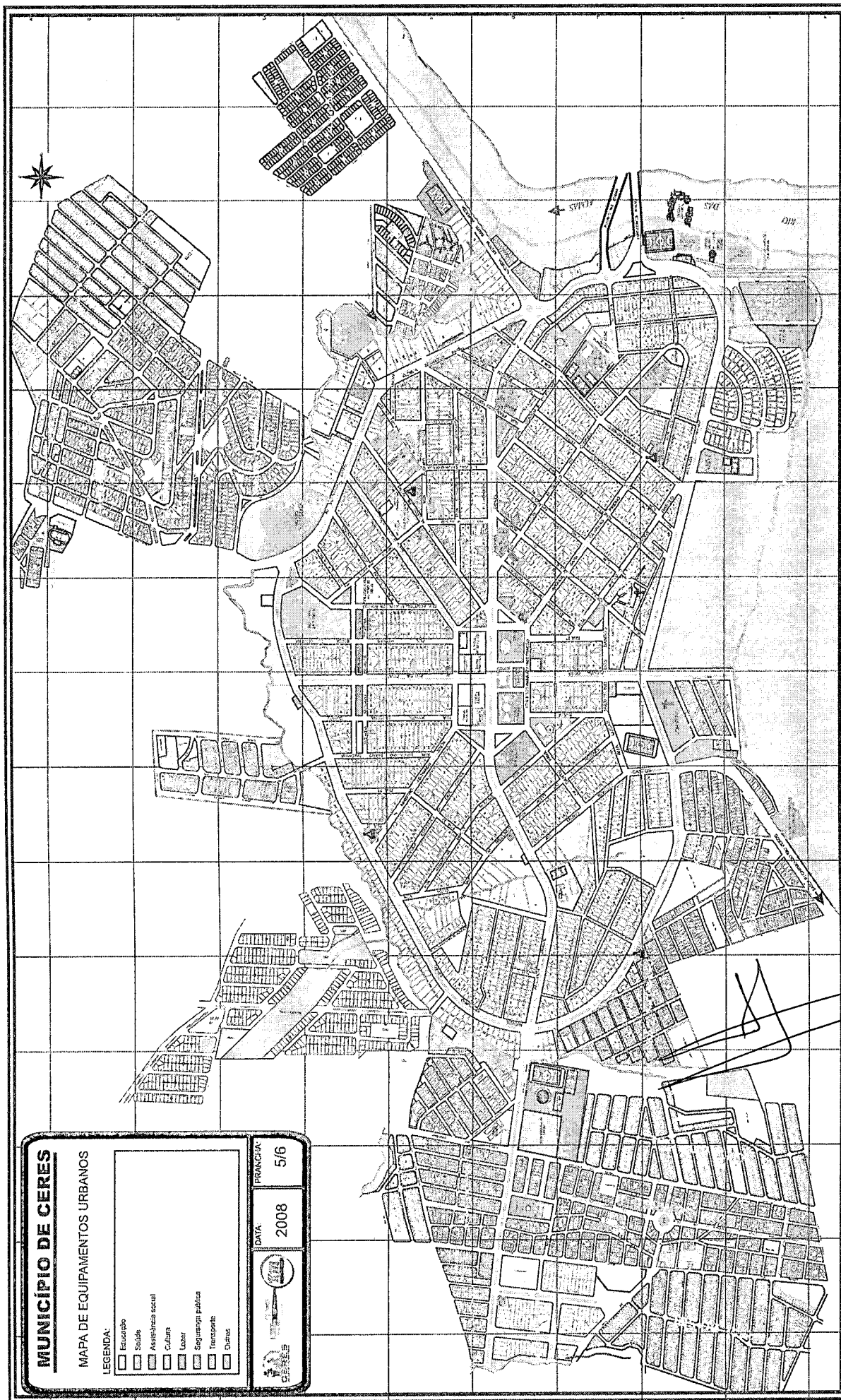
Logo of the Municipality of Ceres

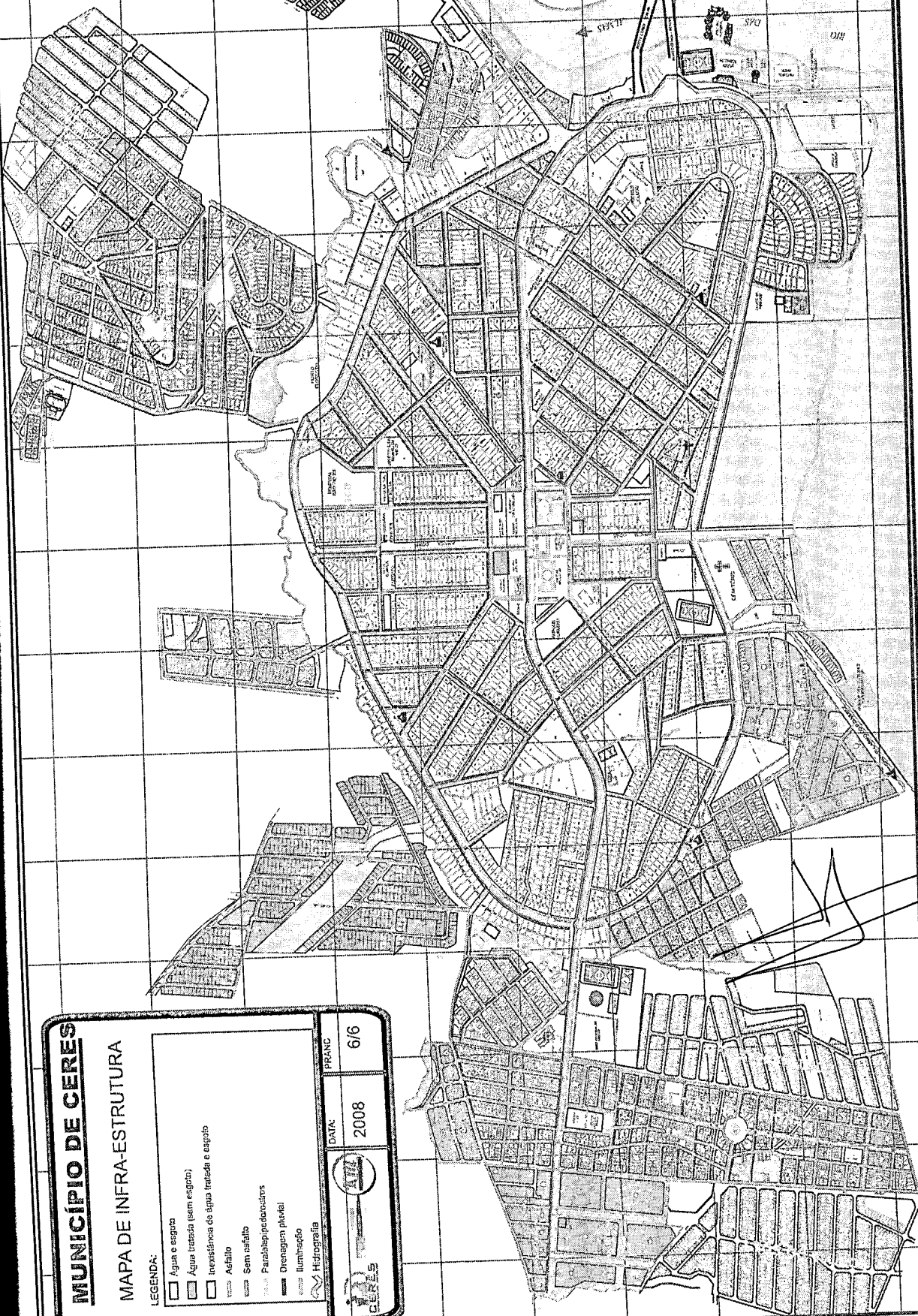
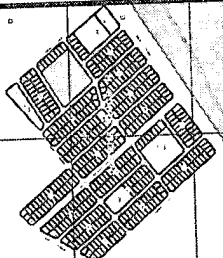
DATA: 10/2000

FRANCH: 4/6



[Handwritten signature]





MUNICÍPIO DE CERES

MAPA DE INFRA-ESTRUTURA

LEGENDA:

- ☐ Água e esgoto
- ☐ Água tratada (sem esgoto)
- ☐ Inexistência de água tratada e esgoto
- ☐ Asfalto
- ☐ Sem asfalto
- ☐ Paralelepípedos/cacos
- ☐ Drenagem pluvial
- ☐ Iluminação
- ☒ Hidrografia

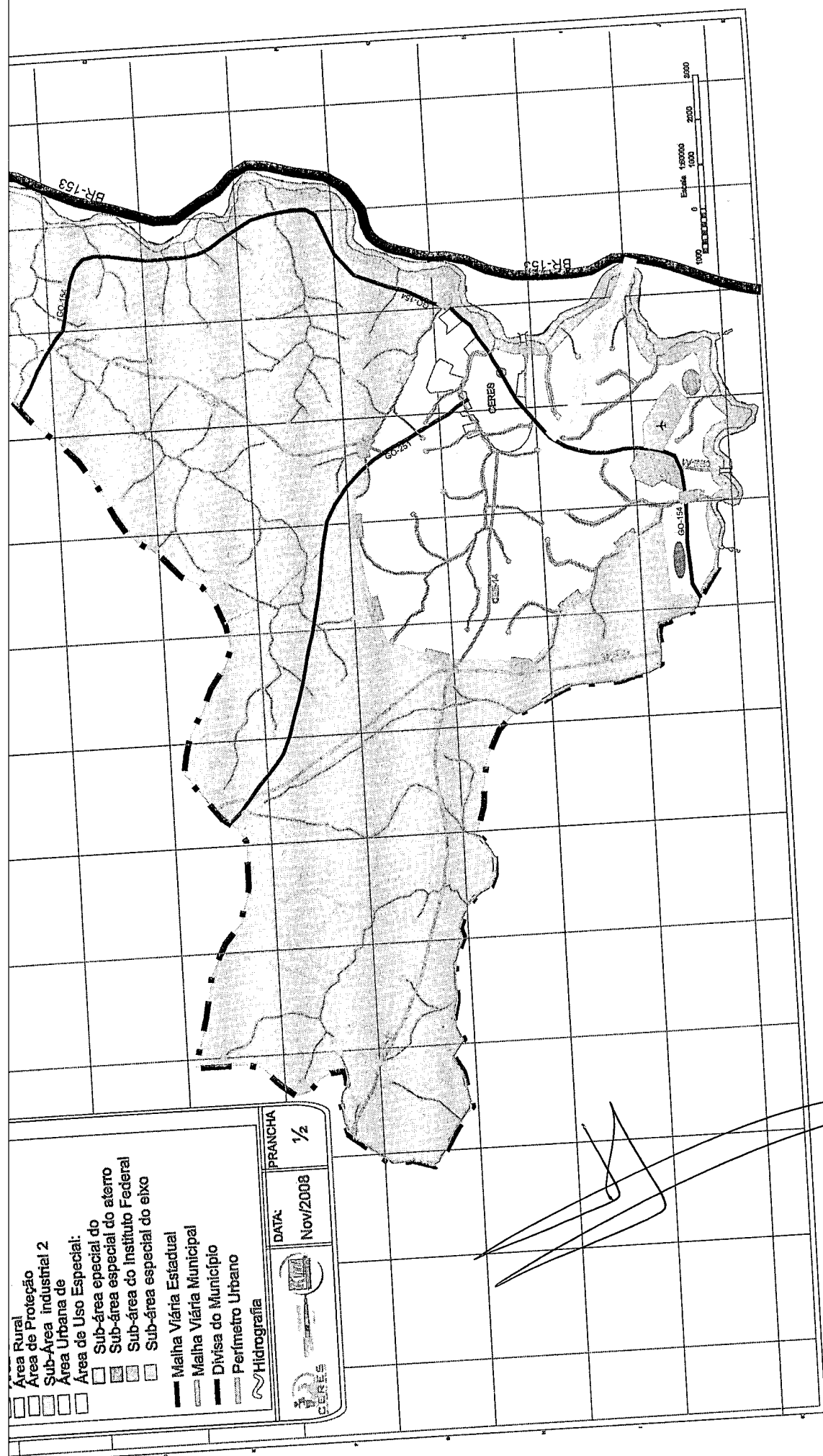


DATA:

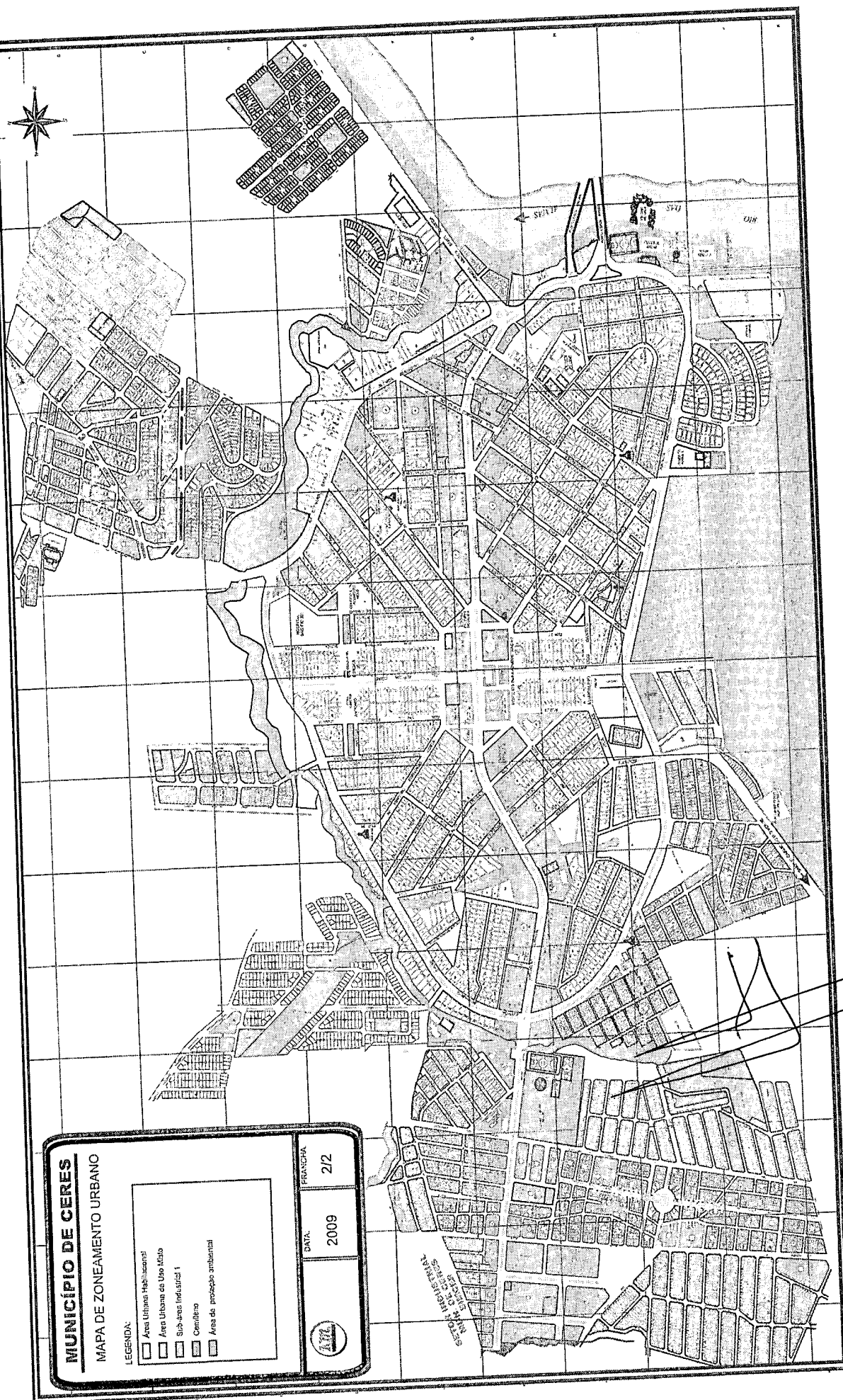
2008

PRIME

6/6



☐ Área Rural ☐ Área de Proteção ☐ Sub-Área Industrial 2 ☐ Sub-Área Urbana de ☐ Área de Uso Especial: ☐ Sub-área especial do aterro ☐ Sub-área especial do Instituto Federal ☐ Sub-área especial do eixo ☐ Malha Viária Estadual ☐ Malha Viária Municipal ☐ Divisa do Município ☐ Perímetro Urbano ☐ Hidrografia	PRANCHA 1/2 DATA: Nov/2008
---	--



MUNICÍPIO DE CERES
MAPA DE ZONEAMENTO URBANO

LEGENDA:

- ☐ Área Urbana Habitacional
- ☐ Área Urbana de Uso Misto
- ☐ Sub-área Industrial 1
- ☐ Comércio
- ☐ Área de proteção ambiental

DATA: 2009

FRANCA: 2/2



MUNICÍPIO DE CERES

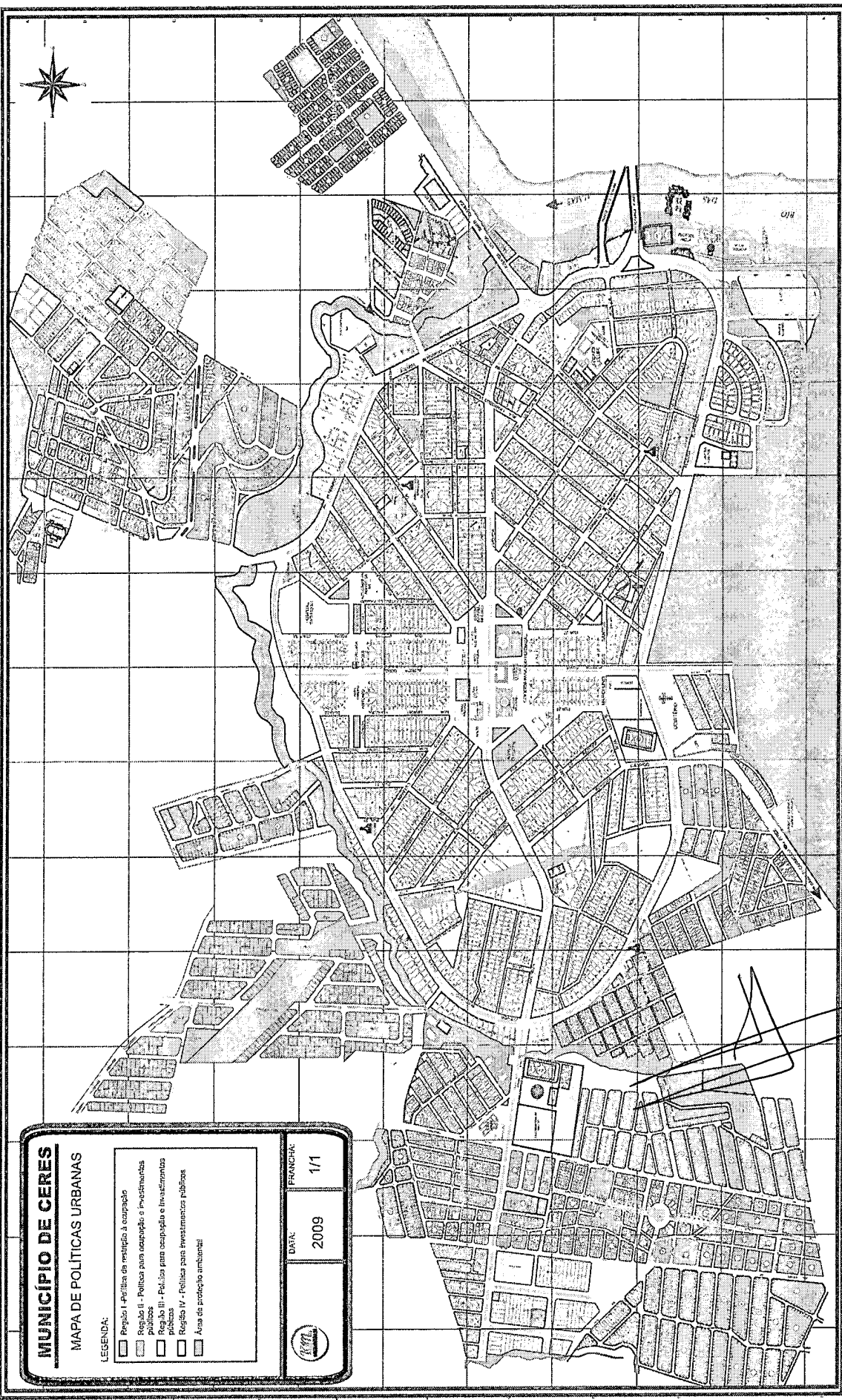
MAPA DE POLÍTICAS URBANAS

LEGENDA:

- Região I - Política de restrição à ocupação
- Região II - Política para ocupação e investimentos públicos
- Região III - Política para ocupação e investimentos públicos
- Região IV - Política para investimentos públicos
- Área de proteção ambiental

DATA: 2009

FRANCA: 1/1



REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

SEPIN – Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informação. **Perfil dos municípios goianos**. Disponível em <http://www.portalsepin.seplan.go.gov.br/>, acessado em fevereiro de 2009.

SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES DE GOIÁS/SUPERINTENDÊNCIA DE PROGRAMAS URBANOS. SILVA, Silmara Vieira (coord.). **Roteiro para a elaboração do produto I do PDD: leitura da realidade municipal**. Goiânia: Secretaria de Estado das Cidades, 2006. 22p.

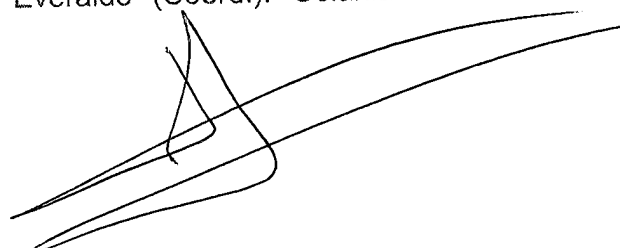
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES DE GOIÁS/SUPERINTENDÊNCIA DE PROGRAMAS URBANOS. SILVA, Silmara Vieira (coord.). **Roteiro para a elaboração do produto II do PDD: macrozoneamento e propostas gerais**. Goiânia: Secretaria de Estado das Cidades, 2006. 19p.

SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES DE GOIÁS/SUPERINTENDÊNCIA DE PROGRAMAS URBANOS. SILVA, Silmara Vieira (coord.). **Roteiro para a elaboração do produto III do PDD: propostas de legislação do plano diretor democrático**. Goiânia: Secretaria de Estado das Cidades, 2006. 31p.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Estatuto da Cidade: guia para implementação pelos municípios e cidadãos**. 3. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2005. 273p.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/>, acessado em 2008.

OPUA/UCG – Oficina de Planejamento Urbano e Ambiental da Universidade Católica de Goiás. **Plano Diretor Participativo de Desenvolvimento Territorial do Município de Terezópolis de Goiás**. PASTORE, Everaldo (Coord.). Goiânia: UCG/ARCA, 2007, 204 p.

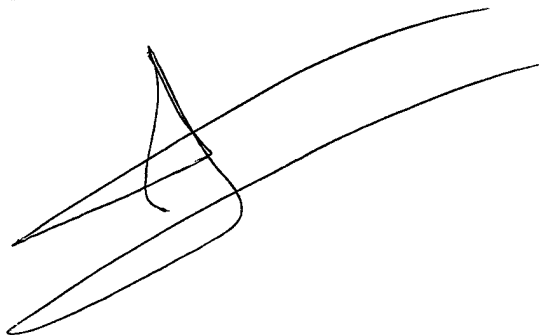


REFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ. **Plano diretor de Maringá – Paraná.**
Maringá. Disponível em <http://www.maringa.pr.gov.br/>, acessado em 2008.

SEG – Sistema de Estatística e de Informações Geográficas de Goiás. **Mapa
Interativo - SIG online.** Disponível em <http://www.seplan.go.gov.br/sieg/>, acessado
em 2008.

REFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA. **Plano Diretor de Goiânia.** Goiânia.
Disponível em <http://www.goiania.go.gov.br>, acessado em 2008.

INMET – Instituto Nacional de Meteorologia. **Dados Climatológicos de Goiânia.**
Disponível em <http://www.inmet.gov.br/>, acessado em 2008.

A handwritten signature in black ink, consisting of several overlapping loops and a long horizontal stroke extending to the right.